

por  Ano 7 ■ nº 30

sinal

Revista do Sindicato Nacional dos
Funcionários do Banco Central

FUNCIONALISMO PÚBLICO
**Quem paga essa
conta?**

CRISE NO BC ARGENTINO
**Entrevista com a
senadora María
Eugenia Estenssoro**

PROJETO 192

Por um sistema financeiro cidadão!



Mudanças sempre bem-vindas

Essa edição da **Por Sinal** é, sem dúvida, especial, e para entendermos sua importância, vamos resgatar um pouco da história da Revista.

A **Por Sinal** surgiu em junho de 2001 com o objetivo de mostrar ao nosso público-alvo quem éramos e o que fazíamos, como sindicato e como servidores do Banco Central. A instituição Banco Central, obviamente, era conhecida; entretanto, quando nos apresentávamos como Sinal, o desconhecimento era quase geral.

Agora, nove anos depois, acreditamos ter cumprido nosso objetivo maior: o de contribuir para o aprofundamento do debate nacional e dos assuntos de interesse dos servidores federais, de uma maneira geral e, mais especificamente, dos funcionários do Banco Central. Para tanto, entrevistamos políticos, parlamentares, formadores de opinião, técnicos e especialistas nos assuntos abordados em cada edição. Também destacamos o trabalho do Banco, mostrando suas realizações e as dificuldades por que atravessam alguns departamentos; falamos sobre a importância das Regionais e da necessidade de sua presença em todos os estados do país para garantirmos um banco mais perto da sociedade. Nas duas últimas eleições, preparamos edições especiais: ouvimos os “presidenciáveis” e questionamos seus projetos, tanto na área econômica, como nas áreas política, ambiental e social. Nesta próxima eleição, também seguiremos a mesma linha, com uma edição voltada para os candidatos.

Nesta edição, contamos com um novo Conselho Editorial, composto por servidores do Banco Central, que poderão contribuir com sua experiência técnica, adquirida ao longo da carreira, para garantir a qualidade editorial da Revista. E como tudo na vida necessita de constante reavaliação, estamos em um novo momento da **Por Sinal**, com a modernização do seu projeto gráfico e algumas adaptações do projeto editorial. Para dar continuidade a essa nova fase, queremos chamar os leitores a colaborar mais com a publi-

cação, sugerindo pautas, artigos e avaliando as matérias editadas.

Outra novidade é que pela primeira vez a **Por Sinal** expande seus horizontes além das nossas fronteiras e entrevista a senadora argentina María Eugenia Estenssoro, da “Coalizão Cívica” para conhecer um pouco mais da experiência de independência do Banco Central Argentino, que no início do ano enfrentou uma crise que resultou no afastamento do seu presidente. A entrevista foi traduzida, mas resolvemos publicar também sua versão em espanhol.

Por fim, a reportagem de capa da revista discute o projeto de emenda constitucional que o Sinal está preparando para a regulamentação do Artigo 192, que trata do sistema financeiro brasileiro. A proposta do Sindicato - Projeto 192: Por um sistema financeiro cidadã - defende “a inclusão financeira, a ampliação e barateamento do crédito e a maior participação dos brasileiros na definição da política econômica”. O Projeto 192 é uma decisão



Agora, nove anos depois, acreditamos ter cumprido nosso objetivo maior: o de contribuir para o aprofundamento do debate nacional e dos assuntos de interesse dos servidores federais, de uma maneira geral e, mais especificamente, dos funcionários do Banco Central

mandatária da Categoria e por isso destacamos sua importância não somente para os servidores, como também para a instituição Banco Central

Ele será lançado, juntamente com esta edição da **Por Sinal**, no seminário organizado pelo Sinal, em parceria com o Ipea, nos dias 29 e 30 de abril de 2010, no auditório da Fecomercio de São Paulo.

Não deixem de ler a **Por Sinal** 30. Estamos esperando seus comentários, elogios e críticas, pelo e-mail nacional@sinal.org.br. Esta edição também está na internet, no sítio <http://www.sinal.org.br/informativos/porsinal>.

Conselho Nacional

Belém

José Flávio Silva Corrêa

Brasília

Paulo de Tarso Galarça Calovi
José Manoel Rocha Bernardo
Degel Cruz

Belo Horizonte

Mirian Silva Carvalho

Curitiba

Ivonil Guimarães Dias de Carvalho
Luiz Carlos Alves de Freitas

Fortaleza

Eduardo dos Santos Teixeira

Porto Alegre

Gustavo Diefenthaler
Alexandre Wehby

Recife

Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes

Rio de Janeiro

Sérgio da Luz Belsito
Julio César Barros Madeira
João Marcus Monteiro
Jarbas Athayde Guimarães Filho
Sérgio Canas Prata

Salvador

Juarez Bourbon Vilaça

São Paulo

Paulo Lino Gonçalves
Eduardo Stalin Silva
Daro Marcos Piffer

**Diretoria Executiva Nacional do SINAL
para o Biênio 2009/2011**

Em reunião do Conselho Nacional realizada nos dias 30/04/2005 e 01/05/2005, foi composta a nova Diretoria Executiva do Conselho Nacional do SINAL

Presidente: Sérgio da Luz Belsito

Secretário: Julio Cesar Barros Madeira

Diretor Financeiro: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Diretor Jurídico: Luiz Carlos Alves de Freitas

Diretor de Comunicação: Alexandre Wehby

Diretor de Assuntos Previdenciários: Cleide Napoleão

Diretor de Relações Externas: Paulo de Tarso Galarça Calovi

Diretor de Estudos Técnicos: Eduardo Stalin Silva

Diretor Extraordinário do GT do Projeto 192 e

defesa do consumidor: José Manoel Rocha Bernardo

Por Sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários
do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, Edil Batista Junior, Eduardo Stalin Silva, Gustavo
Diefenthaler, Idalvo Cavalcanti Toscano, Ivo de Santana, Miguel
Hostílio Silveira Vargas, Sérgio da Luz Belsito e Sérgio Canas Prata

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SCS Quadra 01 - Bloco G sala 401 - Térreo

Ed. Bacarat – Asa Sul – Cep 70.309-900 - Brasília - DF

Telefone: (61) 3322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação-geral e edição: Flávia Cavalcanti
(Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Rosane de Souza e Paulo Vasconcelos

Fotos da entrevista: Sergio Reynoso

Tradução da entrevista: Mariana Gutierrez

Arte: Maraca Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Fotolito e impressão: Ultra Set

Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas nos artigos assinados.



PROJETO 192
Por um sistema financeiro cidadão!

Página 6

CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

A gestão do BC na berlinda

Página 16

FUNCIONALISMO PÚBLICO

Quem paga essa conta?

Página 36



ENTREVISTA/
SENADORA MARÍA
EUGENIA ESTENSSORO

“Usar as reservas do BC para financiar gasto corrente não é uma boa receita”

Página 20



PRATA DA CASA

Militância em dose dupla

Página 42



CRÉDITOS BANCÁRIOS

BC corre atrás do prejuízo

Página 40

PARLAMENTO

Um ano morto, em ritmo eleitoral

Página 46



ARTIGOS

Idalvo Toscano

A INCLUSÃO FINANCEIRA: DE CIMA OU DE BAIXO? Página 12

Antônio Augusto de Queiroz

PAUTA DO CONGRESSO E ELEIÇÕES..... Página 44

Por um sistema financeiro cidadão!

PAULO VASCONCELLOS

Vinte e dois anos depois de promulgada, a Constituição Brasileira pode ganhar um reforço significativo em uma de suas marcas mais simbólicas. Um projeto de emenda constitucional ao artigo 192, tocado a muitas mãos por um grupo do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), começa a ganhar forma e propõe um novo Sistema Financeiro Nacional – cidadão como a própria Constituição de 88.

Entre as propostas em estudo, estão a promoção da inclusão financeira, a ampliação do crédito

atrelada à redução do seu custo e maior participação dos brasileiros na definição da política econômica do país. A iniciativa é respaldada por outras propostas semelhantes, que começam a surgir entre diversos setores da sociedade e em projetos do governo de incentivo a um sistema financeiro solidário.

A elaboração do projeto de emenda constitucional foi autorizada pela Assembleia Nacional do Sinal, em 2008. A previsão é que até novembro deste ano esteja pronto, para que a minuta seja votada e aprovada no

Congresso Nacional dos funcionários do Banco Central, antes de ser encaminhada à Câmara dos Deputados e ao Senado.

► Apoio popular

Até lá, uma agenda repleta de eventos promete promover ampla mobilização da sociedade para a importância da iniciativa. A cartilha “O Sistema Financeiro Cidadão” já começou a ser distribuída à população para que ela tenha acesso, em linguagem simples, aos principais pontos da proposta e, a partir daí, formar sua opinião, discutir e participar do debate.

“Em um sistema financeiro cidadão, os objetivos dos bancos são o





Sinal prepara projeto de emenda constitucional ao Artigo 192 que defende a usão financeira, a ampliação e barateamento créditos e maior participação dos brasileiros lefinação da política econômica

desenvolvimento equilibrado do país e o atendimento aos interesses da coletividade”, diz José Manuel Rocha Bernardo, que integra o grupo do Sinal encarregado de dar forma ao projeto de emenda constitucional. “O lucro obtido será proveniente desse trabalho, e não seu objetivo principal.”

Um dos desafios do grupo ao mexer em uma área tão sensível como o sistema financeiro é fazer com que o projeto represente avanços, mas tenha chances reais de ser aceito por todos os brasileiros e aprovado no Congresso Nacional. “O consenso é praticamente difícil. O sistema financeiro certamente vai chiar, acenar com a ameaça de quebra, mas trabalhamos com um foco: atingir um ponto de equilíbrio”,



diz José Manuel. “Queremos ouvir todo mundo, queremos a conciliação.”

Até agora, o diálogo tem sido positivo. O primeiro acordo de parceria em torno do projeto foi com o Banco Central, que cedeu salas, pessoal, material, tecnologia e conhecimento do sistema financeiro para a execução do trabalho. A Secretaria de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também dão suporte à iniciativa.

► Reforma do sistema

A mudança do artigo 192 já mobilizava diversos setores da sociedade brasileira, antes mesmo da explosão da crise internacional, em 2008, que despertou o mundo para a necessida-

de de uma reforma global do sistema financeiro. Por aqui, os juros altos e as dificuldades de parte da população em ter acesso a uma agência bancária sempre foram desafios à democratização do crédito.

Em 2007, a deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP) já apresentara à Câmara dos Deputados um projeto de lei complementar propondo a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias, formado pelo Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias (Conafis) e por Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário (BPDS), encarregados de fomentar a economia e a geração de renda nas comunidades por meio da concessão de créditos desvinculada da lógica do lucro.

A Confederação dos Trabalhadores do Sistema Financeiro (Contraf), que reúne mais de 150 mil filiados, também tem um projeto antigo de emenda ao artigo 192. Elaborado antes mesmo da promulgação da Constituição de 1988, voltou a debate agora para ser reajustado à nova realidade, antes de ser encaminhado ao Congresso Nacional.

► Inclusão financeira

No Banco Central, um grupo de servidores se debruça sobre o assunto com foco na inclusão financeira. No I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, promovido pelo BC em parceria com o Sebrae, Ministério do Trabalho e Emprego, a International Finance Corporation (IFC), Organização

Moedas sociais: experiência internacional

A experiência das moedas sociais se espalha pelo mundo, e não é de hoje. É assim em Ithaca, uma cidade de pouco mais de 15 km² no norte do estado de Nova Iorque. Os 30 mil moradores do lugar experimentam, desde 1991, uma iniciativa exemplar: o uso de uma moeda cunhada pela própria comunidade para combater a abertura de uma loja da cadeia Wal-Mart. As *Ithaca Hours* foram adotadas legalmente como papel moeda local e só podem ser usadas nos limites da região.

Cada *Ithaca Hour* é equiparada a uma hora de trabalho – ou US\$ 10. A equiparação é baseada no rendimento por hora. Foram emitidas 8.500 moedas, no valor de US\$ 85 mil. Cada vez que circulam, as moedas geram riqueza. As trocas são inteiramente voluntárias e todas as transações

estão sujeitas a impostos. Os empréstimos ficam isentos de juros, porque o juro funcionaria como um dreno numa economia local.

Coreia e México seguem o exemplo. A Venezuela já criou 3.600 bancos comunitários e 300 moedas sociais em uma réplica ao modelo brasileiro. A rapidez na expansão dos bancos comunitários no país deve-se ao apoio oficial. O governo venezuelano criou um arcabouço legal, incluindo um Fundo Nacional para o Desenvolvimento, com recursos para grupos de no mínimo cinco pessoas que se unam e formem seu próprio banco.

Na Inglaterra, o bairro londrino de Brixton adotou uma moeda social que leva seu nome. É a quarta iniciativa do tipo no país, que conta ainda com os totnes, os lewes e

das Cooperativas Brasileiras e o Sinal, o grupo lançou o livro "Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores".

"Sem banco, sem crédito, não há desenvolvimento", afirma Milko Matijastc, assessor técnico da presidência do Ipea, vinculado ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. "O sistema financeiro brasileiro hoje é muito sólido, competitivo, um dos mais lucrativos, mas também um dos mais oligopolizados do mundo. Temos de buscar formas para suprir essa deficiência."

O Ipea, que prepara um grande evento, em abril, para discutir o sistema financeiro que os brasileiros querem, também desenvolve seus próprios projetos. Um deles trata da

criação do agente comunitário de microfinanças e microsseguros. A ideia, inspirada nos agentes comunitários de saúde, já foi discutida com o FED, o banco central dos Estados Unidos, no âmbito do convênio entre as duas instituições para a revisão das mudanças do sistema financeiro internacional.

No Brasil, o agente comunitário de microfinanças e microsseguros serviria como uma luva, por causa da falta de capilaridade da rede bancária e do despreparo dos funcionários de lotéricas que atuam como agentes bancários, mas desconhecem os instrumentos de crédito. Estudos do Ipea revelam que o Brasil é campeão mundial em população por agência bancária. São 10.148 habitantes por agência, contra 4.563 habitantes por banco na Norue-

“O sistema financeiro brasileiro hoje é muito sólido, competitivo, um dos mais lucrativos, mas também um dos mais oligopolizados do mundo. Temos de buscar formas para suprir essa deficiência.”

MILKO MATIJASTC,
Assessor técnico da presidência do Ipea

os stroud pounds. Essas moedas têm o mesmo valor do dinheiro vigente, mas, por conta de descontos oferecidos por comerciantes locais, dão a chance de o consumidor ir para casa com a sacola de compras mais cheia.

Papel alternativo

A Alemanha tornou-se um laboratório de moedas sociais. Desde 2003, foram desenvolvidos mais de 50 projetos no país. Um estudo no Bundesbank considerou que as moedas sociais não representam grandes riscos monetários ao sistema.

Mas nem sempre é assim. O temor de que um crescimento acentuado de moedas alternativas possa desorganizar o sistema financeiro e provocar inflação tornou-se real

na Argentina, no começo da década, quando a crise econômica levou à desvalorização da moeda nacional. Diante da escassez do peso, as moedas paralelas ganharam força. Mais de 2 milhões de argentinos chegaram a usá-las. Não demorou para que aparecessem as falsificações. Com mais notas no mercado, a inflação explodiu.

Vários programas de moedas sociais financiados pela Comunidade Europeia não alcançaram os objetivos de desenvolvimento, por ignorarem a importância do sistema monetário centralizado. Mas um estudo de 12 professores de micro e macroeconomia alemães, austríacos e suíços reconheceu a introdução de moedas sociais com papel alternativo de complementação à moeda oficial como um importante passo rumo a uma economia autossustentável.

ga, a segunda colocada.

Quase 3 mil municípios brasileiros não têm agência de bancos públicos – o que pode tornar o recebimento de benefícios como pensões e aposentadorias do INSS uma epopeia. Nada menos de 505 cidades, quase 10% do total, não possuem agência bancária. É como se houvesse um banco a cada 473 km² – contra um a cada 19 km², em Portugal, e um a cada 110 km², nos Estados Unidos.

“O Ipea tem posição crítica ao Banco Central com relação à taxa de juros, dívida e câmbio, mas é preciso ser pragmático: o BC é ‘ponto gov’. O Ipea também é ‘ponto gov’”, defende Matijastc.

“O avanço das propostas de reforma do sistema financeiro depende da nossa capacidade de sensibilizar a sociedade para o debate”, diz Carlos Cordeiro, presidente da Contraf. O projeto que começa agora a ser redesenhado em um debate interno da entidade propõe a participação popular no Conselho Monetário Nacional e a criação de uma comissão parlamentar permanente do sistema financeiro na Câmara Federal. “Defendemos o controle do sistema financeiro pela sociedade.”

A Contraf defende, ainda, que o crédito seja ampliado a um custo reduzido. E que sirva de instrumento não só do crescimento, mas também do desenvolvimento do país. “Tanto os empréstimos de bancos públicos quanto privados têm de ser direcionados para áreas que sejam multiplicadoras de emprego, como a construção



BCs: proteção ao consumidor

Muitos bancos centrais tentam se adaptar, aos poucos, a um mundo em que o consumidor se confunde cada vez mais com cidadania. Nos Estados Unidos, o Senado discute uma proposta de mudança que obriga o Federal Reserve, o banco central americano, a criar uma nova divisão de proteção ao cidadão. A ideia é fazer com que os bancos interajam com clientes e com os mercados.

O projeto permitiria ao governo americano cindir grandes companhias financeiras com problemas. O plano trata de um dos temas politicamente mais espinhosos da crise econômica: os poderes que deveriam ser concedidos ao governo para evitar que tenha de recorrer a pacotes de resgate com recursos dos contribuintes.

A divisão seria comandada por um indicado da Casa Branca, com capacidade para elaborar e supervisionar as leis e regida sob um orçamento separado, e daria ao FED mandato mais direto para centrar-se em questões de proteção ao consumidor.

Democratas e republicanos se dividem sobre o assunto. O presidente Barak Obama prefere a criação de uma Agência de Proteção ao Consumidor Financeiro para fazer o serviço, e não falta quem aponte que a ideia congelaria o acesso ao crédito e criaria burocracia.

civil. A gente quer crédito carimbado”, enfatiza Cordeiro.

► Banco Palmas

A busca por um sistema financeiro sustentável e inclusivo é o que embala os bancos comunitários e as moedas sociais. O modelo alternativo à carência de bancos oficiais e limitações do crédito acumula uma trajetória de sucessos até nos Estados Unidos e na Europa (*leia quadro*).

Um exemplo brasileiro é o Banco Palmas, que atende ao Conjunto Palmeira, uma comunidade com 30 mil habitantes, situada na região sul de Fortaleza, no Ceará, há dez anos.

A ideia surgiu da falta de crédito, que no começo da década estava levando parte dos moradores a abandonar o lugar depois de 30 anos, porque não conseguia pagar as contas mais básicas: esgoto, energia elétrica e IPTU. Oitenta por cento da população economicamente ativa estava desempregada e a economia local mal conseguia absorver o restante.

Para enfrentar esse problema e gerar empregos locais, a associação de moradores criou o banco, em 1998, com apenas R\$ 2 mil, contraídos em forma de empréstimo. A finalidade era implantar uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores da

Em outra ponta menos atribulada na relação com os cidadãos, o Federal Reserve vem atuando, de forma ativa, no levantamento de dados sobre a efetividade dos programas de educação financeira, que englobam atividades direcionadas aos trabalhadores, aos estudantes e à população.

O FED criou um grupo junto ao Jump Coalition for Personal Financial Literacy que, a cada dois anos, avalia o nível de conhecimento financeiro dos estudantes do ensino médio, colaborando na proliferação de leis estaduais que instituem a inserção da educação financeira nas grades curriculares.

Na Inglaterra, que tem o primeiro banco central do mundo, o caminho rumo à proximidade com o cidadão têm sido, igualmente, os cursos de capacitação financeira. Tanto o banco central britânico como empresas do setor financeiro atuam no fortalecimento da educação financeira para popularizar conceitos e ações do mercado.

O Banco Central do Brasil também possui o Programa de Educação Financeira (PEF), responsável pela orientação da sociedade a respeito de assuntos econômicos, contribuindo para um melhor entendimento dos aspectos financeiros e da responsabilidade no planejamento das finanças pessoais.



própria comunidade, gerando ocupação e renda. Dez anos depois, o Banco Palmas ostenta um capital de R\$ 700 mil para financiar pequenos empreendimentos.

Nele e em outros bancos do gênero, o dinheiro corrente costuma ser a moeda social. No Brasil, já existem 51 cédulas paralelas, como castanhas, maracanãs e feiticeiros, que convivem com o real em nove estados e têm o valor limitado a um território definido: o bairro. Bancos comunitários e moedas sociais giram hoje em torno de R\$ 2 milhões e beneficiam cerca de 90 mil famílias. O nível de inadimplência não passa de 3% – abaixo até do

microcrédito. Com o apoio do governo federal, mais cem devem ser criados até o fim do governo Lula.

“Por trás dos bancos comunitários e das moedas sociais, está o bom exemplo de que comunidades organizadas podem administrar as economias locais”, diz Antônio Haroldo Mendonça, coordenador-geral de Comércio Justo e Crédito da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, que já firmou termo de cooperação com o Banco Central para garantir o reconhecimento da autoridade monetária à iniciativa.

“Ideias como os bancos comunitários e as moedas sociais ajudam

a inclusão financeira em um sistema como o brasileiro, essencialmente excludente”, afirma Mendonça. “A reforma do sistema financeiro é tão importante como o saneamento básico”, endossa Milko Matijastc.

Por isso, a proposta do Sinal de emenda ao artigo 192 da Constituição Brasileira não perde o foco na necessidade da busca de pontos de convergência de toda a sociedade. “É indispensável um grande acordo social, para que se construa um sistema financeiro que atenda a população e seja protagonista do desenvolvimento do país”, finaliza José Manuel Rocha Bernardo. ✓

A inclusão financeira: de cima ou por baixo?

IDALVO TOSCANO (*)

I – INTRODUÇÃO

“Acredito que as instituições bancárias são mais perigosas que os exércitos.”

[Thomas Jefferson]¹

“Nunca antes na historia deste país”® houve uma convergência tão forte em torno do crédito como vital aos processos de crescimento econômico; isto se torna evidente ante os resultados verificados no período 2002/2009, quando a oferta de crédito quase duplicou, passando a 40% do PIB.

Entretanto, duas questões merecem atenção:

1. a agenda ambiental – o atual modelo econômico traz consigo a concepção tradicional de crescimento econômico quando, do ponto de vista ecológico, a primazia deveria centrar-se em processos produtivos renováveis. Porém, a busca de resultados no curto prazo tem se mostrado predatória (a usina hidrelétrica de Belo Monte é um exemplo disso), a comprometer um projeto sustentável para o país².

2. a democratização do crédito – sua recente expansão tem atendido aos diversos segmentos produtivos, de forma desigual, em especial, a economia popular, responsável por significativa geração de trabalho e renda para as famílias empobrecidas.

As ações do governo não têm caminhado em direção ao enfrentamento desses problemas e, para além do discurso oficial, parece-nos inconsistentes com um projeto popular de desenvolvimento socioeconômico que estructure e dinamize o aproveitamento das potencialidades locais.

Por sua vez, a expansão do crédito teve dois momentos distintos:

a) o acesso às contas simplificadas – “bancarização”; e

b) o desenvolvimento das microfinanças.

Se ambos trouxeram resultados positivos no combate à segregação financeira, foram limitados em seu alcance: a inclusão financeira via mecanismos e instituições de mercado é uma estratégia equivocada.

Um país tão diverso e complexo como é o Brasil requer ações que ultrapassem a capacidade das instituições bancárias tradicionais; não fosse assim, isso já teria ocorrido de há muito em face do expressivo potencial de mercado existente.

II – BANCARIZAÇÃO E MICROFINANÇAS

1. De cima – a banca e o interesse social

(...) o banqueiro concordou, então, em conceder o empréstimo solicitado pela pobre viúva; impôs, porém, uma condição: que ela dissesse qual de seus olhos era de vidro.

– O olho esquerdo – falou de imediato.

– Como!!? Nem meus amigos mais próximos acertaram!

– É que ao longo de todo o meu sofrido relato, foi ele a demonstrar alguma emoção.

(Historinha popular)

Há 10 milhões de tomadores em busca de pequenos créditos; computada a demanda por serviços financeiros diversos, teremos um número bem maior.

Instituições bancárias não são casas de benemerência, exceto para os próprios banqueiros; mas não podemos esquecer que o sucesso da banca repousa na confiança que a

sociedade lhes devota – uma relação de amor e ódio, quiçá – e é a partir dessa confiança que os bancos criam moedas³ e, com essas moedas “fictícias”, ganham muito, mas muito dinheiro mesmo.

A sociedade instituiu o Estado para regular seu funcionamento; este criou os bancos e cunhou a moeda para alicerçar as atividades econômicas. Ora, tudo tem começo e fim na existência de vida coletiva e, assim, haveria sobejos motivos para que o Estado estabelecesse a obrigatoriedade de as atividades bancárias se voltarem igualmente aos segmentos empobrecidos da população; essa não é uma questão moral, mas ética: se a sociedade possibilita, pela confiança em suas instituições, que os bancos criem riquezas, não é justo que apenas e tão-somente estes se apropriem dos benefícios daí advindos⁴. O esforço recente de “bancarização” somente logrou relativo êxito porque o governo utilizou-se das instituições públicas de crédito com esse propósito.

Recentemente, o governo buscou colocar na rua o “bloco” do microcrédito, com o incentivo da redução dos depósitos compulsórios em dois pontos percentuais; em vão: a banca não tem interesse em ganhar pouco.

Foi necessário, então, o empenho da autoridade monetária para respaldar as atividades dos “correspondentes bancários” como “A SOLUÇÃO” na prestação de serviços financeiros às regiões sem agências bancárias.

Pronto! É este o modelo de “democratização do crédito”, surgido a partir da banca e sob o aprazimento das autoridades de governo. Mas – cabe perguntar – quem paga a conta pela prestação desse serviço, já que a banca não entrou para perder e o dono da lotérica, farmácia, posto de gasolina, enfim, o eventual correspondente bancário também não disponibilizou seus serviços por amor ao bem-estar coletivo?

O proprietário do “ponto” recebe

comissões pelos serviços prestados, o banco ganha com as novas atividades e o comerciário que, de fato, exerce as funções de “bancário-correspondente” assume as novas atividades sem receber nenhum retorno pela prestação do serviço, além de não se beneficiar das conquistas que a categoria bancária alcançou em anos de luta, como salário profissional, jornada de trabalho diferenciada, risco de caixa, etc.

A democratização do crédito em um país tão desigual passa, necessariamente, por outro caminho.

2. Por baixo – as instituições populares de crédito

“O melhor resultado virá quando todos do grupo fizerem o melhor para si mesmos e, também, para o grupo como um todo.”
[John Nash]



A ausência de apoio do Estado às iniciativas populares na área de crédito dificultou, e dificulta, a consolidação de novas institucionalidades – os bancos populares, no caso – essenciais ao desenvolvimento socioeconômico de caráter local.”

O crédito popular existe independentemente da regulamentação do Estado, desde todo o sempre. As “finanças de vizinhança”⁵, os Fundos Rotativos Solidários, os mecanismos associativos de ajuda mútua, as instituições de microcrédito (o Projeto UNO/Pe, talvez seja a primeira atividade do tipo no mundo), os Bancos de Sementes, de Alimentos, etc. representam a criatividade popular em face da ausência de Estado e políticas sociais. São as estratégias de sobrevivência que existem à larga no cotidiano das comunidades empobrecidas.

A ausência de apoio do Estado às iniciativas populares na área de crédito (e outras iniciativas, também!) dificultou, e dificulta, a consolidação de novas

institucionalidades – os bancos populares, no caso – essenciais ao desenvolvimento socioeconômico de caráter local.

A retenção da riqueza financeira comunitária e sua circulação no local onde as famílias vivenciam seu dia a dia, são um elemento decisivo ao desenvolvimento da economia de vizinhança e, nesse sentido, os bancos de atuação local se prestam de forma adequada.

O acesso ao crédito já foi definido pelo Programa Nacional de Direitos Humanos (1996) como um direito; portanto, a democratização financeira não pode ser confundida como uma “política social de mercado”, ou seja, uma concertação do Estado com instituições que buscam a lucratividade, com o fito de implementar políticas de cunho social.

Entendemos que a ampliação do crédito deve, sim, se constituir em uma política de Estado, inclusive com a transferência de recursos significativos à consolidação das atividades locais. Também não se trata de ampliar a oferta de microcréditos, mas de promover uma profunda democratização financeira com a oferta de diversificados serviços que, por suas especificidades, somente instituições de âmbito local seriam capazes de ofertar.

Isso se diferencia enormemente de ações do tipo “educação financeira”, que traz consigo um conteúdo ideológico muito forte ao pressupor que famílias cuja renda, muitas vezes, não excedem um SM, têm muito a aprender na administração desses recursos. Ora, há a suspeição de que se soubessem bem administrá-los, suas agruras seriam menores? Seriam estas famílias perdulárias e, assim, responsáveis por suas próprias dificuldades?

A verdadeira educação financeira consiste na apreensão pela comunidade do movimento econômico-financeiro local, dos fluxos produtivos e de comércio, dos mecanismos que consolidam a ação dos especuladores, no direito a construir alternativas inovadoras a seus projetos (tais como as moedas



O governo patina na democratização do crédito e dos serviços financeiros; aposta em avanços progressivos na vã esperança de congregar protagonistas tão distintos como o SFN e as comunidades dos recônditos brasileiros.”

sociais), etc. Sim, isso seria uma verdadeira educação financeira capaz de alterar substantivamente as estruturas que, historicamente, são responsáveis pelo empobrecimento de parcela expressiva da população brasileira.

O governo patina na questão da democratização do crédito e dos serviços financeiros; aposta em avanços progressivos na vã esperança de congregar protagonistas tão distintos como o SFN e as comunidades dos recônditos brasileiros, mesmo que estes estejam ali, na periferia das grandes cidades e metrópoles. Melhor seria que gastasse suas energias na

constituição de um Marco Legal específico às microfinanças que, diga-se, não excluiria as demais formas alternativas na direção de um ambiente financeiro mais democrático, saudável e concorrencial.

O Banco Central é coisa para gente grande; que cuidem dela e deixe o povo liberar sua criatividade e protagonismo; todos irão ganhar. 

1. Principal autor da Declaração da Independência Americana e terceiro presidente dos EUA.
2. “A economia neoclássica é, na verdade, crematística, pois não aceita qualquer noção de limite ao crescimento econômico (Juan Martinez-Alier).
3. O processo de criação de moedas pelos bancos é conhecido como multiplicador dos meios de pagamentos; a moeda criada representa cerca de 70% da totalidade da moeda em circulação no Brasil hoje.
4. Muitos e influentes economistas defendem que a banca deva estar sob controle do Estado e voltada às necessidades da coletividade.
5. Abramovay, R. – “Laços Financeiros na Luta Contra a Pobreza”.

(*) Economista; conselheiro-coordenador de Estudos Técnicos do Sinal-SP.

Visite o Portal SINAL



www.sinal.org.br



Em artigo na revista “Carta Capital”, o jornalista econômico Luís Nassif escreveu que a crise expôs as vulnerabilidades do Banco Central para enfrentar o turbilhão. “A crise brasileira (...) foi fundamentalmente centrada no mercado de crédito. Da noite para o dia, o crédito bancário foi suspenso, tanto nas linhas externas quanto internas”, argumentava Nassif. “O desafio maior consistia em recompor rapidamente o crédito e impedir o aprofundamento da crise. Em circunstâncias normais, as factorings poderiam suprir o mercado de médias e pequenas empresas. Mas aí os erros do BC começaram a aflorar.”

Segundo Nassif, quando grandes

grupos exportadores reagiram contra a apreciação excessiva do real, o Banco Central estimulou as operações de “swap reverso” na BM&F. “Tratava-se de uma operação que permitia a uma das partes ganhar sempre que o real se apreciava. Durante anos, permitiu-se que investidores de todos os tipos – especialmente os grandes grupos exportadores – auferissem lucros extraordinários. Na ponta perdedora, invariavelmente, ficava o BC. Apenas em 2007, o Tesouro perdeu US\$ 10 bilhões com essas operações. No primeiro semestre de 2008, não poucas vezes, o BC foi alertado sobre os riscos do jogo. Enquanto o real se apreciava,

o Tesouro perderia. Quando algum evento externo provocasse desvalorização brusca do dólar, as perdas seriam do setor privado, podendo levar a uma crise sistêmica. Não deu outra. Quando a crise estourou, sabia-se que alguns grandes grupos brasileiros tinham se entupido de derivativos, nessas operações de ‘swap reverso’. Mais ainda. Bancos de investimento estrangeiro também tinham espalhado bombas tóxicas por outras empresas. Como eram operações internacionais, não era possível o mapeamento do valor total dos derivativos tóxicos. Sem saber quem eram as empresas baleadas, o mercado de crédito parou, tanto

A gestão do BC na berlinda

Assim como o Brasil, o Banco Central não escapou incólume à crise financeira internacional, que estancou uma trajetória de cinco anos de crescimento do país e lançou dúvidas sobre a eficiência da autoridade monetária em combater os efeitos da recessão.

no bancário quanto nas factorings.”

O artigo conclui que os recursos do compulsório liberados para os bancos acabaram esterilizados em operações compromissadas com o BC – as instituições financeiras aplicaram em títulos do governo. “Em dezembro, com a economia desmanchando, o BC insistia que a atividade econômica estava robusta”, encerrava Nassif.

Em novembro, um levantamento do jornal “Valor Econômico” informava que o Banco Central agravou os efeitos da crise. “Quando havia a necessidade de prover liquidez para grandes empresas, evitando uma explosão, o BC refugou, em parte por falta de visão, em parte

por receio de seus dirigentes de sofrerem algum processo se não seguissem estritamente o manual – enquanto isto, o incêndio lavrando. Coube ao Banco do Brasil esse papel”, diz o artigo.

Da academia também partiu artilharia pesada contra a atuação do Banco Central. Os economistas José Luis Oreiro, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, e Eliane Araújo, professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá, no Paraná, representantes do pensamento keynesiano no país, apontaram o que consideraram um erro do BC na gestão da crise financeira em um artigo no jornal “Valor Econômico”,

em dezembro. Para eles, se o Banco Central tivesse reduzido a taxa de juros, talvez os efeitos da crise sobre a economia brasileira fossem menores.

“O saber convencional prevalecente entre os economistas brasileiros atribui essa queda da produção da indústria aos efeitos da crise econômica mundial sobre as exportações de produtos manufaturados. Nesse contexto, teria sido impossível impedir o colapso da produção industrial por intermédio de medidas de política econômica, mais especificamente, por intermédio de uma redução forte da taxa de juros no final de 2008”, defendiam José

Luis Oreiro e Eliane Araújo.

Segundo eles, a crise econômica mundial chegou ao Brasil em função da evaporação de crédito, induzida pelos grandes prejuízos que as empresas exportadoras brasileiras tiveram com as operações de derivativos cambiais. Esse choque de crédito causou a redução da produção industrial em função não tanto da queda da demanda por produtos manufaturados, mas da incapacidade das empresas de obterem crédito no volume e nas condições necessárias para manter o nível de produção.

“A desconsideração do caráter eminentemente financeiro (via crédito bancário) da crise que se abateu sobre a economia brasileira no final de 2008 pode ter levado o BC a fazer um julgamento equivocado a respeito da necessidade de uma redução rápida e forte da taxa de juros”, defenderam José Luis Oreiro e Eliane Araújo. “Se o BC tivesse feito uma redução forte da taxa de juros na reunião de outubro de 2008 do Copom, então é possível que os efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira fossem significativamente menores. Uma redução de quatro pontos percentuais da Selic, em outubro, poderia ter reduzido de forma bastante significativa a queda da produção industrial nos dez meses seguintes. Dessa forma, a política gradualista adotada pelo BC em janeiro de 2009 não só foi iniciada ‘muito tarde’, como também não foi a resposta adequada à crise.”

► **Estratégia exitosa**

A Por Sinal tentou ouvir a versão do Banco Central a respeito das críticas,

O saber convencional prevalecente entre os economistas brasileiros atribui essa queda da produção da indústria aos efeitos da crise econômica mundial sobre as exportações de produtos manufaturados.”

mas não conseguiu. A assessoria de imprensa do Banco informou que o tempo para conseguir resposta de um dirigente era curto – embora tenha sido dado o prazo de pelo menos uma semana. Contudo, em um artigo de 39 páginas, na publicação “Considerações Sobre a Atuação do Banco Central na Crise de 2008”, de março deste ano, com o título “Trabalhos para Discussão nº 202”, assinado por Mário Mesquita e Mario Torós, há uma ampla exposição sobre as iniciativas do Banco. Os autores esclarecem que o trabalho não deve ser citado como representando as opiniões do BC e que as opiniões expressas são exclusivamente deles.

“As diferentes iniciativas do BC no enfrentamento dos problemas de liquidez, em reais e dólares, foram se ajustando às condições dos

respectivos mercados, nos estágios sucessivos da crise, mas obedeceram a certos princípios básicos”, defendem Mesquita e Torós. “O primeiro foi evitar que a gestão da crise comprometesse o regime de política vigente nos últimos dez anos, e que tem se mostrado muito bem-sucedido, qual seja, manter a política monetária voltada para promover a convergência da inflação à trajetória de metas, e a flutuação cambial. O segundo, minimizar a exposição do BC, e, por conseguinte, do setor público, a repercussões financeiras de eventuais decisões equivocadas adotadas pelo setor privado. O terceiro foi evitar recompensar a assunção exagerada de riscos pelo setor privado, o que elevaria o risco moral no sistema.”

Em outro trecho do documento, os autores citam algumas medidas adotadas pelo Banco Central e pelo Conselho Monetário Nacional para a gestão de liquidez. “As iniciativas do BC contemplaram três áreas: recolhimento compulsório, operações com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e redesconto.” E concluem: “Este conjunto de medidas, adotadas de forma sequencial, teve êxito em remover a constrição de liquidez e favoreceu a retomada do crédito, inicialmente para pessoas físicas e posteriormente jurídicas. Para tanto, contribuiu, também, a ação dos bancos públicos, que ganharam fatia de mercado durante a crise.”

A íntegra do conteúdo do documento pode ser encontrada no endereço: <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps202.pdf> 

Rentabilidade da Centrus foi a melhor entre as principais do segmento

A rentabilidade da Centrus no ano passado (29,32%) foi a melhor entre os fundos de pensão de grande porte (veja gráfico abaixo). De acordo com balanço feito pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), a rentabilidade média dos fundos de pensão brasileiros foi de 21,48%.

O índice alcançado em 2009 foi um dos mais altos da história da Fundação, compensando o resultado negativo de 2008 (-7,75%), causado pela crise financeira internacional. Na comparação com a meta atuarial do Plano Básico de Benefícios (9,53%), o retorno acumulado de 29,32% mostrou resultado superior em 207,66%.

“A Centrus se destacou entre as principais entidades de previdência complementar na gestão de suas carteiras em 2009”, disse o diretor de Aplicações, Daso Maranhão Coimbra. O patrimônio contábil no fim do exercício alcançou R\$ 8,6 bilhões, o que representa crescimento de 45% sobre o registrado em 2003.

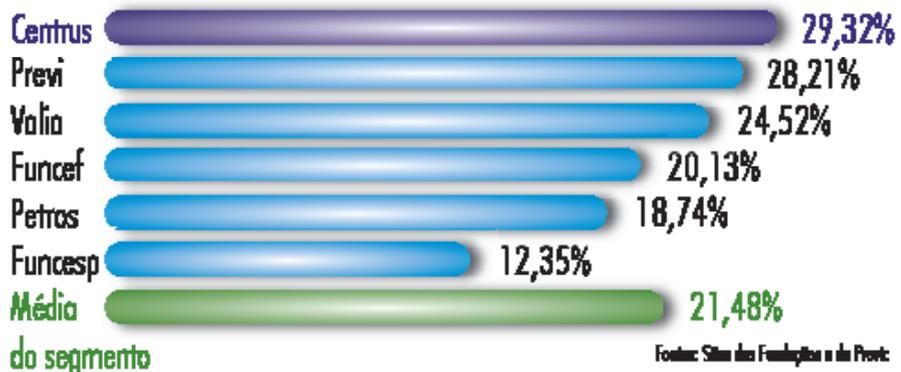
O Superávit Técnico Acumulado da Centrus ultrapassou, em dezembro, a cifra de R\$ 3 bilhões. O valor (calculado considerando-se o preço de mercado dos ativos) equivale a 95,78% das Reservas Matemáticas, o que significa que a Fundação acumulou praticamente o dobro dos recursos necessários ao cumprimento das obrigações previdenciárias do Plano Básico de Benefícios.

Em 2008, em face do cenário adverso, a Centrus

havia privilegiado a participação em papéis de empresas com menor vulnerabilidade à crise financeira e com fluxo constante de dividendos e juros sobre capital próprio, estratégia que se mostrou acertada, pois o desempenho da carteira de ações da Fundação, embora negativo (-36,05%), teve comportamento melhor do que o registrado pelo Ibovespa (-46,22%). Essa estratégia, no entanto, refletiu no desempenho da carteira em 2009, com um resultado positivo, mas inferior à variação do Ibovespa, sem todavia comprometer a excelente rentabilidade da Centrus, que foi destaque no setor.

Daso Coimbra não acredita em um 2010 tão expressivo na Bolsa de Valores quanto 2009, mas a expectativa é de outro ano positivo. “Espera-se crescimento consistente, mas não nos níveis do ano passado”, disse. O diretor explica que, de acordo com a Política de Investimentos, será mantida a estratégia de redução gradual da renda variável na carteira, com direcionamento dos recursos para a renda fixa, devido à maturidade do plano.

RENTABILIDADE FUNDOS DE PENSÃO (2009)



“Usar as **reservas do BC** para financiar gasto corrente não é **uma boa receita”**

Para entender um pouco mais o que se passou na Argentina com a saída do ex-presidente do Banco Central Martín Redrado, que gerou uma crise importante entre o governo de Cristina Kirchner e a oposição no Congresso, a Por Sinal foi a Buenos Aires entrevistar a senadora opositora María Eugenia Estenssoro, eleita pela ARI – Coalizão Cívica, uma agremiação de centro-esquerda, que nas eleições presidenciais de 2007 foi a segunda força, com a candidata Elisa Carrió. Por trás da discussão sobre a utilização ou não das reservas para pagamento da dívida externa, queríamos também conhecer a experiência argentina de independência do Banco Central, cujos diretores têm mandatos não coincidentes com o do presidente da República. Conhecida por suas posições antikirchneristas (a ARI – Coalizão Cívica tem origem no Partido Radical, tradicional opositor do peronismo), María Eugenia recebeu os diretores do Sinal Alexandre Wehby e Gustavo Diefenthaler e a editora da Por Sinal, Flavia Cavalcanti, em seu gabinete, e não se furtou em discutir vários assuntos, entre eles, a situação econômica atual, a política de Direitos Humanos, a integração da América do Sul e a reforma política.



■ **A primeira questão está ligada à crise institucional do Banco Central Argentino. Que tipo de autonomia deve ter um banco central numa sociedade democrática? Fale um pouco da experiência argentina, qual o nível de independência do BC?** Na Argentina, a carta do Banco Central foi reformada há mais de uma década e houve uma outra reforma mais recente nesta década. Ficou constituído que o objetivo principal do BC é preservar o valor da moeda. Um item muito importante diz: “Na formulação e execução da política monetária e financeira, o Banco Central não estará sujeito a ordens, indicações ou instrução do Poder Executivo Nacional.

O Banco não poderá assumir obrigações de qualquer natureza que impliquem condicionar, restringir ou delegar, sem autorização expressa do Honorable Congresso da Nação, o exercício das suas faculdades legais”. Além de constar no seu artigo^{1º} que o Banco Central da República Argentina é uma entidade autárquica, ou seja, independente economicamente do Estado Nacional. Isso significa que é uma entidade do Estado Nacional, mas não do Poder Executivo. É uma diferença que não sei se seria aplicável no Brasil. No meu entender, esta é uma estrutura positiva, principalmente em vistas da história que teve a Argentina, onde durante muitas décadas o Banco

Central foi utilizado para financiar o gasto público. O que aconteceu foi que a emissão permanente de moeda sem respaldo gerou uma altíssima inflação. Nos anos 1970, começou a aumentar, sempre com uma inflação de 30%, 40%, 50% ao ano, até chegar a 5.000% anual, em 1989.

A reforma da Constituição que houve na Argentina em 1994 lhe outorga essa independência ao Banco Central. Nós achamos isso saudável, especialmente agora que vemos no governo um desejo de flexibilizar esse item, justamente num momento em que a Argentina já está com 30% de inflação anual – ou seja, quando esse processo inflacionário começa a se repetir. O que é um sinal perigoso. Existem muito poucos países, acho que só Venezuela e Argentina, que estão crescendo com alta inflação. A gente vê a lista desses países, incluindo Europa do Leste, e a Argentina hoje tem, em termos comparativos, uma inflação preocupante. Porque 30% é quando os economistas consideram que a inflação começa a se separar de suas causas originais – que podem ser a oferta e a demanda – e surge uma expectativa inflacionária que se autoalimenta. Outra coisa percebida por eles é que no contexto em que este debate surge hoje na Argentina, a arrecadação fiscal está aumentando 3,5% por mês, mas o gasto público está aumentando 17%.

■ **O que a senhora chama de gasto público? Porque, no Brasil, existe uma discussão que distingue o gasto público do investimento – este último necessário para o desenvolvimento do país.** Falo de gasto corrente. Além do que, está determinado no orçamento, que na realidade é o que limita os gastos anuais do governo. A verdade é que estão ingressando 3,5% mais –, crescem os recursos,



“ **A lei regulamentária diz que o Banco Central não recebe ordens do Poder Executivo e as decisões que tome devem ser com o aval do Congresso Nacional.**”

porém o aumento do gasto público é 17%. Essa discrepância é perigosa. A ideia de poder usar agora as reservas do Banco Central para financiar gasto corrente, não investimento, não é uma boa receita. A Argentina já a conhece, já a conheceu, e nos levou a situações que, esperamos, não ocorram novamente. Nós tivemos uma grande crise financeira e econômica no final de 1980 e outra muito grave em 2001. E temos um padrão no qual a economia começa a funcionar. Somos austeros por um tempo, depois aumentamos o gasto por cima da produtividade da economia, e chegamos a situações em que, cada dez anos, mais ou menos, começam os problemas.

■ **Qual é a relação do Banco Central com a execução da política econômica do governo?** O artigo 19 diz que fica proibido ao Banco Central conceder empréstimos ao governo nacional, a bancos provinciais, municipais. A exceção está no artigo seguinte, em que se definem as condições: o Banco Central pode fazer adiantamentos até certo percentual, isto é, pode outorgar

empréstimos transitórios ao governo nacional até uma quantidade equivalente a 12% da base monetária. Então, não é que não exista nenhuma relação. Existe a possibilidade de um financiamento, mas este deve estar regulado por lei. A gente pode pensar que talvez 12% seja pouco, a gente pode querer que seja maior, isto poderia ser posto em discussão.

■ **Uma discussão que deveria acontecer no Congresso?** Sim. Nós pensamos que, primeiro, o Banco Central é uma entidade que foi criada por mandato expresso da Constituição Nacional. É um organismo com mandato constitucional. Além disso, a Constituição diz que entre as atribuições do

Congresso da Nação, uma das suas funções é criar o Banco Central da República Argentina. A lei regulamentária diz que o Banco Central não recebe ordens do Poder Executivo e as decisões que tome devem ser com o aval do Congresso. No caso de tomar uma decisão que não esteja prevista no marco regulatório, ela tem de contar com o aval do Congresso Nacional. Ou seja, a possibilidade de modificar existe, mas deve ser sempre por meio de uma lei do Congresso da Nação. Porque os diretores do Banco Central duram cinco anos e seus mandatos não coincidem exatamente com as eleições presidenciais.

■ **No Brasil, o Banco Central participa da gestão da política econômica definida pelo governo, embora seja o Ministério da Fazenda que comande essa política.** Política financeira e monetária, sim, não econômica. Por exemplo: é preciso fazer escolas, investimentos em petróleo, isto é atribuição do Ministério da Economia e do Tesouro Nacional. Quais são as funções do Banco na política monetária? Preservar o valor da moeda, regular o sistema bancário, respaldar os depósitos bancários, as reservas. Também tem a função de garantir o dinheiro da poupança nos bancos, caso ocorra algum tipo de corrida bancária. Os títulos que às vezes emite o próprio Banco Central, ou mesmo o governo,

têm respaldo garantido do Banco Central. E tem as consultas. Mas isso significa que o Poder Executivo faz uma consulta e o Banco Central manifesta se está ou não de acordo. O que não quer dizer que o Banco Central tenha de aceitar tudo que o governo defina. Pelo que sabemos, esta situação ocorre de forma muito parecida em vários países.

■ **Foi o que aconteceu com o ex-presidente do Banco Central Argentino Martín Redrado?** Pela regulamentação atual, caso o Poder Executivo Nacional queira efetuar alguma ação de política econômica com os fundos do Banco Central, ela deve ser expressamente autorizada pelo Congresso Nacional. Se não, o Banco Central, tal como estabelecido na sua carta orgânica, tem como missão fundamental preservar o valor da moeda e se dedicar à política monetária, isto é, a sustentar o seu valor no mercado.

■ **Então, pelo que a senhora está dizendo, existem dois problemas na forma como o governo agiu: um é que não consultou o Congresso, como manda a Constituição; outro é que o governo pretendia usar as reservas do BC para gastos correntes.** Sim. A crise aconteceu porque o Congresso entrou em recesso, de férias, por dois meses, no fim de dezembro, e na semana seguinte o Poder Executivo emitiu



um decreto, não uma lei, mas um decreto de Necessidade e Urgência, como é chamado, que existe para casos de emergências. No Brasil, existe algo parecido, como se chama?

■ **Medida Provisória** Isso, Medida Provisória. Como se houvesse uma urgência. Para emitir um decreto de Necessidade e Urgência, o governo tem de provar que não existe outra forma de convocar o Congresso Nacional. Mas ele poderia ter convocado as sessões extraordinárias, isso sempre é feito. Em dezembro ou fevereiro sempre há sessões. Desta vez, porém, isso não foi feito porque o governo queria fugir do debate no Congresso. Esse foi o primeiro problema. A partir do 10 de dezembro, com as eleições legislativas, houve uma mudança na composição e o governo perdeu as maiorias automáticas no Congresso. Então, se enviasse a lei, haveria um debate em que poderia ganhar ou perder. Diante desse cenário, com o Congresso em recesso, ele resolveu emitir um decreto de Necessidade e Urgência. Por isso, a nossa reclamação foi, durante a segunda metade de dezembro, que ele convocasse as sessões extraordinárias. Quando o governo resistiu, apresentou-se um amparo na Justiça e começou essa confusão toda. Esse é o maior problema. Além do fato de que nós, em novembro, tínhamos votado o orçamento 2010 e que nesse orçamento já estava previsto o gasto para o pagamento da dívida externa. Esse decreto, então, não era necessário.

Uma outra questão é que havia um vencimento de US\$ 800 milhões agora em março, não de US\$ 6 mil como estava no decreto do governo, mas de 800, e outro de quatro mil e alguma coisa, mas em agosto, ou seja, quando as sessões ordinárias já estariam funcionando. Não existia nenhuma necessidade de fazer isto via decreto de Necessidade e Urgência. Isto é o que continuamos discutindo de dezembro até agora. E o Congresso está paralisado porque o governo não quer revogar o decreto. Fizeram primeiro um decreto que a Justiça parou e, então, emitiram um outro, muito parecido.

O governo não quer ser derrotado politicamente, porque parece que, pela correlação atual de forças, o decreto seria rejeitado. Embora é provável que, se fosse uma lei, ela seria aprovada, mas o governo não quer passar pela instância anterior. E o Congresso quer rejeitar esse decreto porque

quer que fique claro que o governo não pode tomar esse tipo de decisão a respeito do Banco Central, sem passar pelo Congresso.

■ **Então, mais do que a discussão do mérito se as reservas podem ser usadas ou não, a questão que uniu a oposição foi a forma de operar do governo?** Sim, é uma questão mais de forma.

■ **Existem muitas vertentes ideológicas na oposição ao governo hoje?** Sim, por exemplo, os legisladores de grupos mais à esquerda dizem que eles estão de acordo com o uso dos fundos do Banco Central para projetos de desenvolvimento, mas não querem que eles sejam usados para pagar a dívida externa, porque argumentam que a dívida é ilegítima e deve ser investigada. E nós, da Coalizão Cívica, achamos que não existe um excedente de reservas e que, se somarmos o que corresponde à base monetária, ao dinheiro depositado nos bancos, aos títulos públicos, sobra uma margem muito pequena. Achamos que neste momento seria arriscado descapitalizar o Banco Central. A nossa discussão é mais técnica. Não é essa discussão teórica de se ele deve ser independente ou não. O problema não é esse, mas para que o governo quer o dinheiro. Estamos pedindo que expliquem isso. Se o dinheiro destinado ao pagamento da dívida já estava incluído no orçamento, para que o governo quer usar as reservas do Banco Central?

■ **O fato de o governo ter conseguido avançar nesse processo, que culminou com a renúncia do presidente do Banco Central, significa que a lei tem deficiências, ou é um problema institucional, de um governo que desrespeita a lei?** Isso está relacionado com a regulamentação dos decretos de Necessidade e Urgência. O governo emitiu um decreto que foi rejeitado pela Justiça, logo a seguir, emitiu outro igual, antes que a Justiça ou o Congresso pudessem operar. Nesse mesmo dia, tirou o dinheiro das reservas. Assim, esse decreto já está em execução. O que diz a lei de decretos de Necessidade e Urgência? Nossa lei é muito dura. Ela diz que o Congresso pode rejeitar ou referendar, mas que, para rejeitar, e isso é pouco frequente, deve passar por ambas as Câmaras. Quando

se trata de um projeto de lei, porém, basta que seja rejeitado apenas em uma delas. Agora estamos tentando conseguir que ele seja rejeitado. É possível que quando isso acontecer, o dinheiro já não esteja mais.

■ **Foi quando surgiu a crise...** Porque aqui há duas brigas. A primeira é que o Congresso está perguntando ao governo qual é o destino do dinheiro. O orçamento é sancionado pelo Congresso Nacional, que autoriza o gasto do Poder Executivo, como em todas as democracias. Então, queremos saber em que o governo quer gastar esse dinheiro. Não estamos conformes com a resposta, porque isso já está no Orçamento de 2010.

■ **E o que diz o governo disso?** O governo repete o mesmo argumento, mas não dá explicações. Diz que se pagarmos esse dinheiro, vamos poder ter acesso aos mercados internacionais, esquecendo que na realidade o dinheiro já está no orçamento. Mas este é um governo que quer que discutamos agora a independência ou não do Banco Central, que entremos numa discussão ideológica na qual todos vamos brigar, enquanto eles gastam o dinheiro. É um tipo de estratégia muito bem-sucedida que este governo usa para operar. Como existe um contexto, como já disse, em que a arrecadação aumenta 3,5% mensalmente, mas o gasto aumenta 17%, vemos que o que está acontecendo é que o governo tem gastado mais do que foi aprovado no orçamento, e esse é o motivo pelo qual faz tudo isso. Nós solicitamos ao ministro de Economia que venha ao Congresso explicar por que em apenas quatro meses há um déficit, há necessidades fiscais que não foram previstas. E essa é uma discussão que também não conseguimos ter com ele.



“ Em novembro votado o orçamento 2010 e nele já estava previsto o gasto para o pagamento da dívida externa. O decreto de Necessidade e Urgência não era necessário.”

■ **Ele ainda não foi?** Sim, veio, mas para falar da reestruturação da dívida. O governo diz que se pagarmos, se usarmos as reservas do Banco Central para pagar a dívida às pessoas que têm títulos do default argentino, que se a Argentina pagar agora, haverá acesso ao crédito internacional, como no Brasil, a 6,5%, e não a 12%, como é agora. Para nós, da Coalizão Cívica, esse argumento é falso. Porque a Argentina tinha o mesmo risco-país que o Brasil em 2007. E o risco-país da Argentina, que é o que define a taxa de acesso ao crédito, pulou de 200 para 800, quando o governo interveio no Instituto Nacional de Estatísticas e Censos - Indec (o IBGE argentino) para mascarar a inflação. E foi exatamente nesse momento que a Argentina

voltou a ter um risco-país superior ao resto das economias emergentes.

■ **Uma questão de credibilidade, não?**

Sim. Escrevi um artigo que fala em “Recuperar o crédito e a confiança”. No ano 2001, tivemos um *default*. Paramos de pagar. Nós queremos honrar nossas dívidas. A dívida foi renegociada em 2005, o risco-país baixou, ou seja, começamos a ter acesso ao crédito internacional a taxas iguais às dos outros países. Mas quando, um ano depois, começou a inflação, o governo fez isso e novamente disparou a desconfiança na Argentina. Hoje, o mercado internacional desconfia da Argentina, não pelos detentores debônus, que representam um percentual muito pequeno de dívida que não foi paga, mas pela manipulação das estatísticas. Somos um país que mente a respeito das suas estatísticas nacionais. Não podemos falar de uma política de combate à inflação porque nós dizemos que é 30% e o governo diz que é 6%. Nós dizemos que a pobreza é 30% e o governo diz que é 12%. O que se vê é que cada vez mais

“Hoje, o mercado internacional desconfia da Argentina pela manipulação das estatísticas. Somos um país que mente a respeito das suas estatísticas nacionais.”



as pessoas podem comprar menos alimentos, cada vez há mais pobres novamente.

Para tapar isso, o governo interveio no Indec e vai intervindo em organismos, como o Banco Central, que devem ser técnicos e profissionais e não podem estar sendo manipulados pelos governos de turno para que digam o que eles querem dizer. O Instituto Nacional de Estatísticas deve ser impenetrável à política do partido governante. As estatísticas devem ser neutras, a mesma para todos. Este governo, à medida que o modelo econômico começou a ter problemas, passou a intervir para que os problemas não fossem visíveis.

■ **Qual é a situação real das reservas argentinas? No Brasil, devido a uma política agressiva de recomposição das reservas, conseguimos enfrentar a crise internacional sem grandes danos à economia.** A crise internacional não afetou tanto a Argentina porque existia um endividamento muito baixo. Não porque não tínhamos acesso a taxas altas, mas porque somente o governo da Venezuela nos emprestava dinheiro. Por isso temos pouca dívida, pois não nos emprestam – quando emprestam, é com taxas muito altas. O modelo do governo era viver com nossos próprios recursos. Quando já não houve superávit, quando os preços internacionais começaram a se mexer, o que fez o governo?

Primeiro, começou a usar o dinheiro dos aposentados, os fundos de pensão. O gasto corrente está sendo financiado com o dinheiro da aposentadoria.

■ **E o governo pode usar assim esse dinheiro?** Não, não pode. Mas estamos nesta situação, em que é muito difícil controlar, porque até agora eles tinham maioria no Congresso. Com isso, os pedidos de informações, as decisões para poder controlar os gastos do governo eram muito difíceis, o Congresso aprovava todas as leis que eles queriam. Mas a realidade é que o governo está sendo financiado com o dinheiro dos aposentados. Existem 700 mil ações de aposentados contra o governo, porque eles estão recebendo um terço do que na realidade deveriam receber de aposentadoria.

■ **Mas não houve recomposição das reservas?** Sim, claro. Há recomposição das reservas, e isso é correto. Uma grande recomposição, porque, como entram divisas com as exportações de matérias-primas e de soja, isso permitiu ir aumentando as reservas ano após ano. Esta é a única, digamos, conta que está crescendo. Por isso o governo quer ir ali. Por isso quer, agora, entrar nessa discussão ideológica de que na realidade o Banco Central não deveria ser tão independente, porque é de onde quer tirar o financiamento.

■ **A arrecadação do governo aumentou porque as exportações passaram a ser taxadas também? Foi o grande problema dos agricultores, não?** Não. Isso começou antes, em 2002. A Argentina taxa tradicionalmente as exportações do campo. Nos anos 1990, essa política foi suspensa, mas a partir da crise de 2001, em 2002, voltaram as taxas às exportações agrícolas. Começaram em 10%, depois foram para 12%, mais tarde 15%, e agora 31,32%. Quando o governo quis deixar as taxas móveis para que elas acompanhassem o aumento dos preços (35%, 60%, 80%), apareceu esse conflito com o campo e elas foram fixadas em 35%. Mas mesmo aumentando a arrecadação, porque os preços internacionais se recuperaram, não é suficiente. Porque o gasto público vai crescendo muito mais. E qual é um dos componentes principais do gasto público? A Argentina ficou sem petróleo e estamos importando petróleo e gás a preços muito altos. Essa é uma das contas que tem o governo.

■ **Por falta de investimentos?** Sim, por falta de investimento as reservas se esgotaram. Uma década atrás, a Argentina produzia muito mais petróleo e gás que o Brasil, mas como não investiu em toda esta década, agora está importando, e isso é uma parte importante do gasto público.

■ **O Banco Central é criticado por estar sujeito à influência do governo para ações populistas. Mas não se critica, também, um Banco Central que, por ser muito independente, pode estar sujeito à influência do sistema financeiro, representando lobbies e interesses privados.** Esse nunca foi um assunto, porque na Argentina existem muitas dificuldades para que isso aconteça. O Banco Central, por exemplo, exige que os bancos tenham um percentual bastante alto dos depósitos imobilizados.

■ **No Brasil também temos esse instrumento. São os depósitos compulsórios. Só que o depósito pode ser maior ou menor. Vou explicar melhor a pergunta anterior: os bancos aplicam no Banco Central parte de suas reservas. Então, o Banco Central, em função da política que quer levar, da quantidade de dinheiro que quer ter em circulação, aumenta ou diminui esse valor de aplicação**

do compulsório. O que aqueles que estão contra a autonomia ou independência do Banco Central argumentam é que ele não pode estar sujeito à influência das grandes corporações financeiras, como também não pode estar sujeito à influência do governo. Para completar, a crítica é que o sistema financeiro brasileiro é muito grande, muito forte. Que os bancos ganham muito, que o sistema financeiro é muito concentrado. Os bancos ganham muito dinheiro com o spread bancário. Aqui, os bancos também têm um spread muito alto, têm relações com os governos, seja qual for. São sempre amigos íntimos do governo de turno. E isso agora está acontecendo como nunca antes. Na situação atual, os bancos têm muito dinheiro, muita liquidez, mas não emprestam. Porque as taxas são tão altas que ninguém está tomando crédito. Mesmo assim, eles estão ganhando muito dinheiro. Mas a bancarização na Argentina é baixíssima. Depois de 2001, aqui não existe confiança no sistema financeiro. Hoje, por exemplo, o banco te dá 9% ou 7%, não sei. Você deposita o seu dinheiro, eles te dão 9%, e a inflação é 30%, então, não faz sentido.

■ **O Banco Central regula muitas atividades e ações do mercado financeiro. A fusão de bancos, por exemplo. A missão do BC, além de zelar pela moeda, é zelar pelo bom funcionamento do sistema financeiro.** Aqui também. A lei é clara: "As atribuições do Banco Central serão a regulação da quantidade de dinheiro e de crédito na economia, ditando as normas em matéria monetária, financeira e cambiária." Essas são suas atribuições.

■ **Na lei está bem, mas na prática funciona assim, a fiscalização é boa?** Na prática funciona. A superintendência de bancos é que controla. A banca está muito concentrada, também está muito internacionalizada. Por exemplo, o banco Itaú tem hoje uma posição bastante importante. A banca nacional sofreu muito em 2001, o que acabou resultando em que existe realmente muito pouco acesso ao crédito. Isto tem sido assim tradicionalmente na Argentina, porque, quando há altas taxas de inflação, o crédito é difícil. Somente as grandes empresas têm acesso ao crédito,



e isso é um problema muito sério da economia argentina.

■ **Como a revista *Por Sinal* não é destinada apenas aos funcionários do Banco Central, falemos um pouco de política. Qual é a história de sua agrupação, que propostas ela tem para o país?** O nome é ARI – Coalizão Cívica, um partido que surge nos anos 2000, 2001, com a crise. Sua líder é uma mulher chamada Elisa Carrió, ela vem do Partido Radical. Na Argentina, existem dois grandes partidos: o Justicialista, que chamamos de Partido Peronista, e o Partido Radical. Carrió deixa o Partido Radical, que nesse momento era governo, na famosa crise de 2001, e funda a Afirmação para uma República Igualitária – ARI, que mais tarde se transforma no ARI – Coalizão Cívica, um partido de centro-esquerda (*pela ARI, Carrió concorreu à Presidência da República em 2003, ficando em quinto lugar. Em 2006 criou a Coalizão Cívica, segunda força nas eleições presidenciais de 2007*). Ela participou de uma comissão que investigou toda a corrupção financeira dos bancos nos anos 1990. Esse assunto dos bancos era mais da época do Menem.

■ **Por quê?** Havia muita corrupção, porque existiam muitas conexões. Agora a corrupção não entra sequer no sistema

“ Na situação atual, os bancos têm muito dinheiro, mas não emprestam. Porque as taxas são tão altas que ninguém está tomando crédito. A bancarização na Argentina é baixíssima.”

financeiro, é muito mais fechada entre poucas pessoas: o dono dos cassinos, o dono da YPF (*petroleira argentina que foi privatizada e comprada pela Repsol espanhola, durante o governo Menem*). É outro circuito. Mas na época de Menem, talvez existisse mais esse assunto com os bancos. E então Elisa Carrió surge como alguém que questiona essa prática, que faz uma investigação da lavagem de dinheiro, não somente do narcotráfico, mas também da corrupção privada. E sempre a privada está ligada com a governamental, o tango dança-se a dois. Daí surge Elisa Carrió, primeiro como uma expressão claramente de centro-esquerda. Mais tarde ela começa a perceber que o problema argentino é

muito mais de valores e de corrupção e não de esquerdas e direitas. Porque os governos se dizem de direita ou de esquerda e no fim agem igual. As práticas são iguais. Que é a utilização dos recursos do Estado em benefício próprio, para beneficiar bancos e empresas, grandes empresas locais naquilo que nós chamamos de capitalismo de amigos. O modelo é sempre o mesmo, embora o discurso seja diferente.

Nosso temor é que num momento em que os países emergentes – como Brasil, Chile, Uruguai e tantos outros, como Argentina também – estão crescendo a taxas altas, com um contexto internacional favorável para nós, a Argentina dilapide



esta oportunidade. E isso tem muito a ver com a corrupção e o descontrole. Não estamos contra o gasto público, do tamanho do gasto público, mas da falta de transparência e de respeito pelas normas legais. Pode existir uma lei, mas não é respeitada. Porque, como há maiorias avassaladoras no Congresso, os deputados e senadores olham para o outro lado. O principal discurso de Elisa Carrió é esse. E com isso foi armando uma Coalizão Cívica diversa, plural, de pessoas que vêm mais da esquerda, mas também da direita ou do centro, onde nosso primeiro compromisso é o contrato moral, o contrato contra a corrupção, venha ela de onde for, e o contrato republicano da divisão de poderes.

Na Argentina, um dos grandes problemas é que se dá geralmente muito poder aos presidentes, e depois nos arrependemos. E a culpa é do Menem, do Duhalde, do Kirchner. Mas isso ocorre porque o Congresso não teve o poder de controlar os partidos, por esse motivo, a nossa proposta da divisão de poderes. Hoje, por exemplo, no Poder Judicial, há uma Corte Suprema autônoma pela primeira vez em nossa História. E isso é muito importante, pois é um limite, os juízes não respondem ao partido do governo. Tal fato não ocorria desde 1930. E esta crise institucional, esta briga tão forte que a oposição está tendo no Congresso com o Poder Executivo se explica porque o governo resiste a que o Congresso funcione como um fator de equilíbrio dos poderes, como é na democracia. Bom, este é nosso papel principal: a divisão de poderes.

■ **E como seu partido se posiciona em relação à concentração da renda e à pobreza no país? Como está a situa-**

ção, melhorou? Outro assunto que nos preocupa muito é o nosso compromisso com a distribuição da renda, a justiça social. Porque o partido governante, o peronismo, foi governo na década de 1990 e é governo agora. No entanto, nesses últimos 20 anos, a pobreza estrutural da Argentina cresceu, como vocês terão visto, a níveis que nós argentinos não conhecíamos. Éramos um país de classe média, não uma sociedade de ricos e pobres, com uma pobreza que não chegava a 10%. Nessas últimas duas décadas, a pobreza estrutural aumentou em mais de 30%. Nossas vilas de emergência hoje estão favelizadas, algo desconhecido para nós. Assim como vemos os casos de Chile ou – não sei, vocês podem me corrigir – Brasil, onde a pobreza talvez esteja se reduzindo, nossos níveis de pobreza são muito altos. Ou seja, embora o Partido Peronista diz ser o partido da justiça social, seus governos, na realidade, contribuíram em grande medida para o aumento da pobreza. Porque dos 26 anos de democracia que temos, o peronismo governou quase 20 e a pobreza cresceu de forma escandalosa. A justiça social é uma bandeira que nos parece fundamental. Não há desenvolvimento sem justiça social.

■ **Mas os anos de governo militar não foram responsáveis, em parte, por essa situação, com o aumento da concentração da renda, da pobreza, etc.?** Sim, houve um incremento da pobreza durante o governo militar, mas se olharmos a situação da Argentina no ano 1983, em termos da pobreza estrutural e da distribuição de renda, a decadência atual é muito grande. Por isso, não sei o que vocês acham, mas eu

tenho falado com brasileiros que não podem crer, que antes vinham à Argentina e éramos um país muito mais desenvolvido do que o Brasil. Não podemos seguir acusando o governo militar, que começou a desintegração social, a quebra do Estado. A realidade é que não temos conseguido dar respostas às necessidades da sociedade. O sistema político não tem respondido bem às necessidades de desenvolvimento, de modernização, que a democracia exigiu. Acreditamos que existem certos problemas de mau uso dos recursos públicos, de convivência entre os setores empresariais e sindicais, entre os governantes, que acabam dilapidando os fundos públicos. E que a Argentina sistematicamente não aproveite os momentos mais favoráveis, como esta década, que foi uma década bendita. A gente vê que todos os países tiveram altas taxas de crescimento, mas nós temos menos petróleo que antes, temos mais pobreza. Ficamos atrasados em relação aos outros países.

■ **Falei do governo militar porque existe uma diferença entre o governo militar argentino e o brasileiro em relação aos investimentos na indústria. Do ponto de vista da política industrial, os militares brasileiros tiveram uma visão de mais longo prazo, com um projeto nacional de biotecnologia, de indústria petroquímica, nuclear. Aqui, pelo que se diz, o parque industrial foi destruído.** Esses projetos na Argentina foram sendo formulados no fim do século XIX e início do século XX e, também, durante o peronismo. Alguns foram governos militares e outros, civis. Na década de 1960, nós começamos a ter governos militares e civis de dois anos – muito caos, violência, agitação social, que acabaram no desastre dos anos 1970. Cada governo foi degradando o



“ **Na Argentina, um dos grandes problemas é que se dá geralmente muito poder aos presidentes, e depois nos arrependemos. E a culpa é do Menem, do Duhalde, do Kirchner.**”

Estado, a infraestrutura produtiva estatal. O governo de Alfonsín tinha muitos outros problemas. Um governo que quis abrir processos contra os militares, que enfrentou levantamentos militares. E o Estado, que tinha sido progressista na primeira metade do século XX, já era um Estado em decadência. Acho que não temos conseguido voltar a formular um projeto de país. Quando o Estado começou a se degradar, surgiu o conceito de “sem Estado”. Acho que agora precisamos recuperar a ideia de um Estado moderno, sólido, por concurso.

■ **Vou ler o artigo 192 da Constituição do Brasil, que queremos regulamentar, que diz: “O sistema financeiro nacional deve estar estruturado para promover o desenvolvimento equilibrado do país e servir os interesses da coletividade.”** Isso é o que falta regulamentar, porque o sistema financeiro tem também a obrigação de repartir riqueza. Bom, isso que vocês propõem é interessante, porque aqui esse debate não está acontecendo. Temos visto que nos últimos anos o sistema financeiro na Argentina obteve ganhos insólitos, porque ainda que

empreste pouco, o spread é tão alto que o lucro é enorme, principalmente para os banqueiros amigos do governo. No entanto, a taxa de bancarização do país é baixíssima. Um empresário de pequena ou média empresa, um empreendedor, precisa de crédito e não consegue.

■ **Não existem linhas de microfinanças?** Sim, mas são iniciativas de programas sociais, não de governo.

■ **Existe uma ideia por parte do governo brasileiro de fazer que o banco público seja o propulsor desse câmbio.** Mas

vocês não têm um banco de desenvolvimento?

■ **Sim. Temos o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – que é um banco público. Há muita pressão para que o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal sejam os propulsores do câmbio. Com interesse menor, esses bancos públicos podem fazer com que os bancos privados, para serem competitivos, baixem suas taxas.** Claro. Essa deveria ser a função das instituições públicas. Um banco que não seja o Banco Central, o Banco de la Nación, por exemplo. Como não precisa ter um rendimento exorbitante, porque não reparte dividendos, pode e deve ser o que tem mais transparência. Ou seja, que o controle externo, tanto do sistema político, como do cidadão, da sociedade civil, tem de ser muito alto e deveria poder emprestar a taxas baixas. O Banco de la Nación está fazendo isso, só que o governo está utilizando cerca de 30% dos depósitos que estão na instituição. O governo nacional já os tem utilizado para se financiar, e esse é dinheiro que está sendo subtraído do sistema produtivo privado. Nós tivemos um Banco de Desenvolvimento, o Banade, que, lamentavelmente, era uma espécie de caixa para os amigos, que nos levou à dívida externa dos anos 1970 e 1980, com projetos de desenvolvimento monumentais que nunca vimos e que enriqueceram muita gente.

■ **Nos últimos anos, o Mercosul perdeu força, fundamentalmente em função das disputas entre seus dois maiores integrantes: Brasil e Argentina. Pelo lado do Brasil, hoje a integração latino-americana é um dos principais pilares, digamos, da política externa do governo Lula. Há todo um empenho do Brasil em relação à Argentina e a outros países da América Latina. Como a senhora vê a posição da Argentina em relação ao Brasil?** Vejamos, primeiro, qual é o ponto de vista brasileiro?

■ **A ideia era que o Mercosul evoluísse de uma área de comércio para um mercado comum, assim como na Comunidade Europeia. Hoje, a Europa é um mercado comum de bens e de trabalho. Que houvesse também uma integração institucional e política. Parece que não**

é isso que está acontecendo. Acho que no início, sim, havia boas intenções, com Sarney e Alfonsín. Mas depois, o sistema virou meramente comercial, com o Consenso de Washington e a onda ideológica de Collor e Menem. Acredito que, a partir de 2000, houve uma tentativa de retorno. Pelo menos, as intenções, especialmente de Duhalde, que não é santo da minha devoção, mas... enfim! Ele buscou redirecionar o Mercosul, e até Lula tentou dobrar um pouquinho mais a aposta com o Unasul - União de Nações Sul-Americanas (*integra os dois blocos de livre comércio sul-americanos, Mercosul e Comunidade Andina de nações, além do Chile, Guiana e Suriname, nos moldes da União Européia*). Mas o que ocorreu durante os anos 1990 é que o Mercosul ficou como um acordo comercial, não foi possível avançar no institucional nem no político além do formal.

■ **Quais são os grandes desafios para que esse tratado seja realmente um projeto de integração?** Se olharmos desde os anos 1980, quando ambos países retornaram à democracia, veremos uma evolução muito positiva no intercâmbio comercial. Nosso sócio principal hoje é o Brasil. E isso não era assim. Também, a desconfiança militar mútua já não existe, não há exércitos se olhando com desconfiança. Um dado importante nesta década é que o Brasil começa a emergir como um líder da região. E isto, evidentemente, toca um pouco o nosso ego. O dos argentinos sempre foi grande. Mas ainda temos muitas coisas das quais podemos nos orgulhar. Hoje temos mais noção dos tamanhos relativos de nossas economias e de diversas coisas que fazem que seja o Brasil que seguramente lidere, em grande parte, esta região. Mas para que essa liderança seja estável, ele precisa de uma Argentina também estável, e acho que temos muita complementaridade.

Vimos – e isso é uma boa constatação – que, antes, dar um salto importante em matéria de desenvolvimento levava décadas. Por exemplo: o desenvolvimento e o bem-estar social que a Argentina tinha conseguido no século XX parecia difícil para a maioria dos países. E vemos o Brasil, que teve dois períodos presidenciais, dois governos, 16 anos de estabilidade, de continuidade, que obteve mudanças admiráveis. Começamos a ver um Brasil sobre o qual nin-

guém falava na década de 1990. Vemos Uruguai, o pequeno Uruguai, um país que expulsava pessoas, nostálgico, e que com somente cinco anos de Tabaré teve uma visão mais moderna. Começamos a olhar para o Chile, que era um país mais pobre, com poucos recursos e muitas dificuldades. E já são 20 anos! Então, a gente vê que o desenvolvimento não é uma empreitada impossível. Começar a ser confiável e sustentável para os próprios cidadãos e para a economia global, que é uma ameaça, mas onde também existe muito dinheiro disponível. Os países que começam a pôr em ordem sua economia recebem muito investimento direto. E isso ajuda. Não é possível crescer somente com a poupança própria, como era a fórmula de outras décadas.

■ **E na Argentina, como a senhora vê o seu futuro?**

A Argentina é um país cheio de possibilidades, porque tem uma base muito saudável. Tem recursos variados, tem uma população basicamente educada, mas falta um pouco mais de estabilidade. Hoje temos mais um problema político do que econômico e, se isso for bem equacionado, e conseguirmos ter um Henrique Cardoso ou um Lula, vamos para frente. Porque acho que um governo sucedeu o outro e melhorou aquilo que o outro deixou. Essa é a minha visão. Se a Argentina fizer o mesmo, e já deixamos para trás a cultura do receio e da desconfiança, podemos ser sócios, e daríamos à América do Sul um norte muito interessante. Interessantíssimo. Nós achamos que estamos agora num momento de turbulência política e não sabemos como vamos ultrapassar este período.

■ **Quando são as eleições presidenciais?**

Serão em 2011. Teoricamente, em outubro, mas pode ser que sejam antes; se o governo se vir em uma situação complicada, pode adiantá-las. Essa transição é ainda um momento muito difícil, mas na verdade nós olhamos a Argentina com confiança. No contexto internacional, não parece que possa acontecer alguma coisa imprevisível, ainda que isso sempre possa acontecer, e em termos de intercâmbio comercial o mundo quer as coisas que a Argentina produz. Não significa que vamos ser sempre um país agrícola – somente agrícola –, porque temos outras potencialidades. Mas podemos ter

uma política agropecuária melhor, porque agora vemos o Brasil produzir mais carne e grãos do que nós. Temos uma política de enfrentamento com o campo, mas, se revertermos isso, há um enorme potencial também em outras áreas, tais como a energética e a científica. Temos também um país com uma cultura muito empreendedora. Então, na realidade, é mais a agitação social e política que está nos fazendo ficar para trás. Vemos o caso do Chile. Teria gostado mais que ganhasse o candidato da Concertação (Eduardo Frei, segundo presidente eleito após a saída de Pinochet do poder), mas vemos que o Chile vai transitar dentro de certos trilhos. Se a Argentina consegue isso, com um Brasil já mais estável, podemos ser sócios muito benéficos um para o outro. É isso que nós vemos.

■ **Um projeto que temos no Banco Central é o desenvolvimento de uma moeda comum, e o primeiro passo para isso são as exportações e importações entre Brasil e Argentina com moeda local.**

Bom, isso já está acontecendo e é um grande avanço. E voltando à autonomia do Banco Central, numa situação como essa, fica claro que os bancos centrais devem ter um grau de autonomia, porque se o governo de turno começa a manipular o tipo de câmbio com políticas populistas ou demagógicas ou cede às pressões dos bancos privados e distorce isso, a complementaridade entre os países fica impossível. Porque as políticas devem ser de longo prazo, e não depender de necessidades conjunturais. Chega a campanha eleitoral e quero mudar o tipo de câmbio para me beneficiar, porque assim a estratégia de médio ou longo prazo não funciona. Essa é também uma das grandes questões, por isso, por exemplo, os bancos centrais da Europa não podem ser tão autônomos, porque existe o Banco Central Europeu, da União Europeia, que é responsável pela harmonização de todas essas políticas monetárias.

■ **Mais de uma vez nesta entrevista, a senhora disse que os interesses eleitorais contaminam a vida política do país. Do ponto de vista do aprofundamento da democracia, que tipo de reforma política seu partido propõe?**

Na Argentina, seria fundamental ter somente um período

presidencial e não mais, como no Uruguai e Chile. Mas isso é difícil, porque requer uma reforma constitucional. Aqui existe um grande problema, que tiveram todos os governos democráticos: aquele que chega ao governo não quer sair e quando está no seu segundo mandato está pensando em reformar a Constituição. O governo de Kirchner teve um bom período. Depois pôs a sua mulher, porque a ideia é irem se alternando para ficar uns 20 anos. Isso é antidemocrático. Essa ideia de chegar e não ir embora por um período longo distorce muito o funcionamento de nossos governos. Que tipo de reformas políticas pensamos? Deixamos passar recentemente uma lei de reforma política com itens que parecem bons, mas neste momento poderiam ser perigosos. Por exemplo: hoje temos internas abertas e simultâneas, temos primárias em que podem votar os diversos cidadãos, mesmo que não sejam dos partidos. Isso ajuda a selecionar as candidaturas, é bastante bom. Outra coisa introduzida é que o processo da campanha publicitária está agora em mãos do Estado. Como no México. Isso parece bom, mas México teve previamente uma década em que construiu um instituto nacional eleitoral – e voltamos à famosa palavra – autônomo, independente – que foi tão transparente que o PRI não voltou a ganhar. Não consegue voltar a ser governo. Então, é esse instituto que hoje regula o gasto de campanha e faz com que o Estado designe aos diferentes partidos os espaços publicitários para que exista corrupção eleitoral.

■ **E na Argentina, o que diz a nova lei?** Bom, aqui, essa reforma foi feita, mas é o ministro do Interior, um funcionário do governo, quem decide toda essa do-

tação, num contexto mais parecido ao do velho PRI do que ao do novo instituto nacional eleitoral mexicano. Isso é perigoso.

■ **Está previsto o financiamento público?** Somente público, e muito limitado. Mas na hora da publicidade oficial, os meios de comunicação públicos são órgãos de propaganda tão massivos que podem criar desigualdades na concorrência eleitoral. Algumas das medidas que nós propusemos como reformas políticas foram aceitas, mas de uma forma que



“**Hoje temos mais noção dos tamanhos relativos de nossas economias e de que seja o Brasil que lidere, em grande parte, esta região. Mas para que essa liderança seja estável, ele precisa de uma Argentina também estável.**”

neste momento estão pondo em risco a equidade eleitoral. Outra coisa que gostaríamos de ter é um voto eletrônico, como o de vocês. Como a pobreza aumentou, a pobreza estrutural, existe muita manipulação do voto. Antes isso acontecia nas províncias muito pobres, mas agora temos dois milhões de pobres na província de Buenos Aires. A manipulação está ocorrendo onde existe um conglomerado muito grande, e isso altera o resultado da votação. Então, o voto eletrônico é fundamental. Mas há uma enorme resistência. Estas seriam, talvez, as reformas: um instituto nacional eleitoral e o voto eletrônico, com cédula única. Aqui, cada partido faz sua própria cédula. De papel, com as letras grandes e seu logo.

■ **Qual é sua opinião sobre a política de Direitos Humanos do governo argentino?** Pelas informações que temos, a Argentina está muito mais avançada do que o Brasil nesta questão. Só este ano, o governo criou uma Comissão Nacional da Verdade para investigar crimes de violação aos direitos humanos durante a ditadura militar. A nova Comissão já foi bombardeada por setores civis e militares. No retor-

no à democracia, a Argentina resolveu que a democracia deveria julgar os militares. É uma política de Estado que consideramos correta, sim. Foi muito importante, porque ficou claro o que aconteceu na Argentina. Aqui, a comissão da verdade se chamou Conadep – Comissão Nacional dos Desaparecidos. Foi uma grande política de Alfonsín. Alfonsín teve muitos tropeços, mas essa foi uma parte muito importante. E isso deixou estabelecido o que tinha acontecido durante o governo militar e o terrorismo de Estado. Inclusive no período anterior. Porque durante o peronismo também houve esquadrões da morte. Depois, infelizmente, o próprio Alfonsín teve de promulgar leis de perdão para os que tinham sido condenados, porque houve levantamentos militares que pressionaram muito. E durante o período de Menem ele perdoou ainda mais. Nesse momento, também concederam-se perdão, leis de anistia ou de perdão, indultos, a pessoas que já estavam condenadas. E aí entramos numa espécie de zona escura, em um impasse na política de Direitos Humanos. Na reforma da Constituição de 1994, Elisa Carrió, a líder do meu partido, que foi constitucionalista, pôs dentro da nova Constituição que os tratados internacionais de Direitos Humanos fossem referendados.

O que poucos compreenderam nesse momento foi que isso significava que os crimes de lesa-humanidade não podiam prescrever. O que autorizava o Congresso, que tinha sancionado essas leis de perdão depois de ter havido condenações, a derogá-las. E ela, juntamente com Patricia Walsh, filha de um escritor e irmã de uma desaparecida política, durante muitos anos se sentou no Congresso pedindo a nulidade das leis de obediência devida. E isso não aconteceu. O kirchnerismo, no início do seu governo, acompanhou essa iniciativa, o que permitiu reabrir as causas. Mas embora o governo levante esta como uma bandeira própria, o próprio Partido Justicialista impediu, até 2003, a reabertura das causas. O governo assumiu essa bandeira, e achamos que isso é positivo. Mas também achamos que devemos tomar medidas, porque os tribunais estão saturados e não vão conseguir responder às expectativas das pessoas. Algumas medidas precisam ser tomadas, para que se criem tribunais específicos, porque, do contrário, vamos chegar a um momento de desilusão. São causas muito difíceis, de coisas que aconteceram faz 40 anos. Nós já pedimos, e há projetos de lei para criar esses tribunais especiais, mas curiosamente o governo resiste a que esses projetos prosperem. ✓

“ No retorno à democracia, a Argentina resolveu deveria julgar os militares. É uma política de Estado que consideramos correta. Foi muito importante, porque ficou claro o que aconteceu no país.”

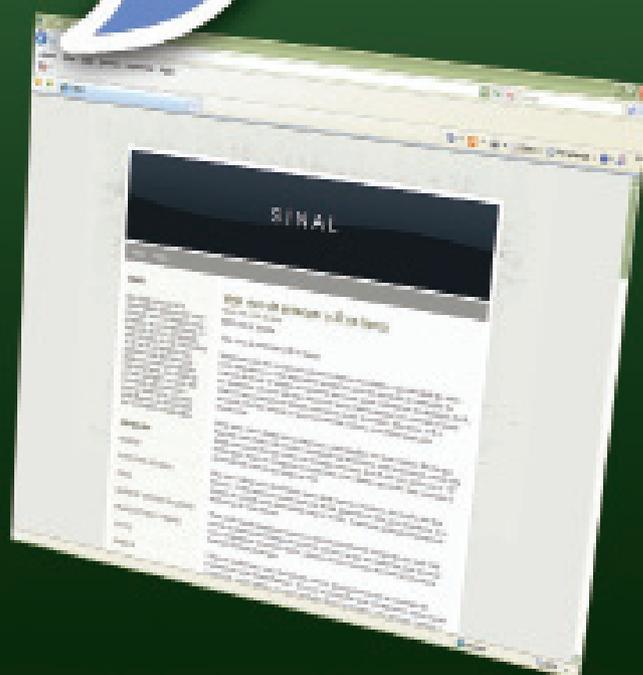


 **Acesse o blog do Sinal e participe das discussões, enviando seus comentários**



www.blog.sinal.org.br

Atenção: este blog institucional foi disponibilizado para permitir maior interação entre a categoria, seus anseios e seus representantes. O Blog está aberto à participação de todos e os comentários aqui postados serão liberados após análise da equipe que mantém esta ferramenta. Por ocasião da primeira postagem, o autor será consultado para confirmar a autoria; desta forma, somente serão liberados os comentários que contiverem e-mails válidos.



A difícil escolha de Lula e Dilma:



quem paga essa conta?

Ministério da Fazenda tem pressa em ver aprovado na Câmara Federal o PLP 549, que limita, nos próximos 10 anos, o aumento anual de gastos com pessoal e encargos sociais dos servidores públicos. Para o Sinal isto tem nome: arrocho salarial!

ROSANE DE SOUZA

Ainda este ano, a Câmara dos Deputados deve colocar em votação o Projeto de Lei Complementar nº 549/2009, que estabelece um arrocho histórico nos salários dos



servidores públicos. O próprio ministro da Fazenda, Guido Mantega, não esconde o desejo de vê-lo aprovado, rapidamente, para enterrar de uma vez a Resolução 151, da Organização Internacional do Trabalho, da ONU, aprovada pela Câmara Federal, em outubro de 2009, e ratificada pelo plenário do Senado, em 30 de março deste ano. A 151 estabelece o princípio da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e os governos das três esferas – municipal, estadual e federal. Mas, com a restrição aos aumentos salariais, o que restou para negociar?

O regime draconiano imposto ao funcionalismo brasileiro foi trabalhado, pacientemente, pelo Ministério da Fazenda, no ano passado, com o objetivo de transformar novamente os servidores em bode expiatório de uma suposta explosão dos gastos públicos. O primeiro passo foi a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS 611/2007), que, na Câmara, tramita como Projeto de Lei Complementar (PLP 549), por apenas 48 senadores, no apagar das luzes de 2009, diante de um plenário vazio e em conjunto com outros 40 projetos.

O teatro foi necessário para refazer

o acordo de manutenção da regra de ouro que, até agora, garantiu a confiança e o apoio do mercado ao governo Lula: a acumulação de um estoque de superávit primário suficiente para pagar os juros da dívida pública, que já ultrapassou a barreira do trilhão. Quem teceu as teias de sua aprovação, num estranho regime de urgência, foi o líder do governo na Câmara, o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP). Segundo Paulo Eduardo de Freitas, assessor parlamentar do **Sinal**, o PLS 611 estava parado havia dois anos. Foi retirado da gaveta e aprovado na última sessão do Senado, em 16 de dezembro, de uma forma tão apressada que a Comissão de Trabalho e Administração do Serviço Público fez a reunião para discuti-lo no próprio plenário. “Não houve brecha para qualquer debate”, explica Paulo Eduardo.

O PLP 549 e o PLS 611 são meros instrumentos para impedir qualquer reajuste nos salários dos servidores e reduzir mais ainda o Estado brasileiro. Eles estabelecem que, nos próximos dez anos, o aumento anual de gastos com pessoal e encargos sociais dos servidores públicos não poderá ultrapassar a correção do IPCA, acrescida de 2,5%, ou do percentual do Produto Interno Bruto (PIB), que for menor.

Originalmente, a proposta enviada pelo governo, em 2007, limitava esses gastos a um teto de 1,5% mais inflação. “Reposição de quadros e pagamento das aposentadorias vão levar uma parte desse dinheiro. Ou seja, vão tirar do meu salário o dinheiro para contratar novos servidores, assim

como o pagamento das nomeações políticas e dos terceirizados vai sair do meu bolso”, enfatizou o assessor parlamentar do **Sinal**.

Um dos defensores mais entusiásticos do projeto, o deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP) garante: se a proposta original do governo estivesse em vigor desde 2007, o país já teria poupado R\$ 85,4 bilhões. Levantamento da assessoria técnica do deputado tucano quer nos fazer acreditar que, em 2007, o teto foi ultrapassado em R\$ 4,5 bilhões; em 2008, o valor chegou a R\$ 15,2 bilhões; em 2009, a R\$ 30,2 bilhões; e, em 2010, seriam mais R\$ 35,5 bilhões, o que totalizaria R\$ 85,4 bilhões.

► Servidores reagem

Desta vez, porém, os servidores não estão dispostos a pagar calados essa conta salgada. Até porque estudo recém-concluído do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) comprova que o limite do crescimento das despesas com pessoal jamais ultrapassou sequer o teto de 50%, estabelecido pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal. “Ele ficou entre 30% e 33%, o que garantiu ao governo uma margem bem flexível para contratar mais ou negociar com algumas categorias um reajuste melhor de salários”, afirmou Clóvis Scherer, supervisor técnico da instituição, em Brasília.

O Dieese faz outra conta. Seus técnicos asseguram que os gastos com a contratação e salários do funcionalismo jamais precisaram dos limites

impostos nos últimos anos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, porque não houve explosão nenhuma da máquina pública, muito menos de despesas, que impusesse tamanho rigor no tratamento dispensado aos servidores.

Clóvis Scherer revela, ainda, que só houve uma pequena e necessária recuperação do contingente de servidores públicos nos últimos anos e, mesmo assim, o número de funcionários continuou bastante inferior ao existente em 1995, e bem menor do que o Brasil tinha em 1990. “Esse aumento nem acompanhou o crescimento da população brasileira. Na verdade, não chegou nem à metade, se considerarmos que a população cresceu 20% desde 1996 e o contingente de servidores, um pouco menos de 10%.”

Mesmo em comparação com o PIB, a despesa com o funcionalismo se comporta em patamar estável, aliás, com forte redução nos anos 2002 e 2003. “No ano passado, houve, de fato, uma elevação da despesa, mas apenas por conta do péssimo desempenho do PIB”, disse o especialista do Dieese, para quem, ao contrário do que os críticos divulgam, o país precisa recompor e reestruturar o Estado, se quiser, de fato, levar adiante seus projetos públicos: “Há uma enorme carência de servidores.”

Na avaliação do Dieese, se aprovada como quer o Ministério da Fazenda, a lei do arrocho vai deixar o governo num difícil processo de escolha: ou mantém o crescimento natural da despesa com o funcionalismo, ou não

cumpra os compromissos anunciados. “Os limites impostos são estreitos demais para garantir a manutenção do valor real de remuneração dos servidores e a recuperação do quadro de pessoal dentro do teto mínimo exigido para atender às necessidades

da população brasileira. Só cumprir com as regras dos planos de carreira implica crescimento vegetativo da folha”, acrescentou Scherer.

Ou seja, além de não ter sido negociada com as partes afetadas e de receber uma aprovação clandestina, já

que não houve nenhuma divulgação, a menina dos olhos do Ministério da Fazenda vai colocar o Estado numa camisa-de-força, que o impedirá de executar as políticas públicas. Na avaliação de Scherer, o governo criou amarras contra ele próprio. ✓

O tamanho do Estado brasileiro

Pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada no ano passado, comprova o baixo peso do emprego público no Brasil, se comparado a um significativo bloco de países, inclusive os Estados Unidos – economia caracterizada pelo caráter privatista e de elevado contingente de postos de trabalho no setor privado. De acordo com o estudo do Ipea, “saltou aos olhos a enorme diferença entre o peso relativo do emprego público no Brasil e o dos países desenvolvidos”. Contudo, mesmo na América Latina, a comparação é desfavorável. O peso relativo do emprego público brasileiro é um dos menores, até quando nivelado a países de renda *per capita* inferior. Somente países muito pobres – Bolívia, Equador e Colômbia – ganham do Brasil nessa corrida.

PESO RELATIVO DO EMPREGO PÚBLICO BRASIL E PAÍSES DESENVOLVIDOS (em %)

	1995	2005
Alemanha	15,5	14,7
Austrália	15,2	14,4
Bélgica	19,3	19,5
Canadá	19,9	16,3
Dinamarca	39,3	39,2
Espanha	15,4	14,3
Estados Unidos	14,9	14,8
Finlândia	25,7	23,4
França	24,6	24,9
Holanda	15,5	14,6
Portugal	14,4	15,1
Suécia	33,5	30,9
Brasil	11,3	10,7

PESO RELATIVO DO EMPREGO PÚBLICO EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA (em %)

	2000	2002	2004	2006
Panamá	21,1	20,4	19,6	17,8
Costa Rica	18,7	17,3	17,0	17,2
Venezuela	14,6	13,8	15,4	16,6
Uruguai	17,2	17,3	17,0	16,3
Argentina	15,9	21,7	19,3	16,2
Paraguai	12,7	11,5	11,4	13,4
República Dominicana	13,8	13,8	11,9	13,2
México	13,6	13,2	–	–
Brasil	12,7	12,6	12,5	12,5
Chile	13,1	–	11,4	10,5

BC corre atrás do

Desde que foi criado, há 4 anos, por iniciativa da Procuradoria-Geral do Banco, Projeto de Recuperação de Créditos já resgatou R\$ 188,9 milhões e anistiou 700 devedores

Desde que foi criado, há 4 anos, por iniciativa da Procuradoria-Geral do Banco, o projeto Recuperação de Créditos já resgatou R\$ 188,9 milhões e anistiou 700 devedores. Os números impressos nas informações consolidadas pelo Subprocurador-Geral do BC, Luiz Ribeiro de Andrade, podem parecer pequenos diante dos 3 mil processos judiciais de cobrança dos devedores, que, juntos, somam uma carteira de recursos até aqui perdidos de mais de R\$ 20 bilhões. Mas, sem dúvida, revelam uma disposição de fazer com que os inscritos na dívida ativa comecem não só a pagar, como também a pensar duas vezes antes de cometerem qualquer deslize financeiro.

A maioria dos processos contra os inscritos na dívida ativa refere-se a multas de importação e contratos de câmbio, mas envolve também instituições financeiras liquidadas pelo BC e até, de certa forma, os autores



prejuízo



do assalto aos cofres do próprio Banco em Fortaleza, no Ceará, já que busca reaver todo o patrimônio dos envolvidos no roubo, sequestrado pelo juiz. Num dos maiores assaltos do planeta, os ladrões levaram R\$164,7 milhões, em notas que, empilhadas, chegavam a uma altura de quase 33 quilômetros, no mês de agosto de 2005.

Muitos times de futebol também são devedores do BC e objeto de algumas ações de recuperação de crédito. No caso, as infrações cometidas referem-se à venda de jogadores para o exterior, sempre em dólares, sem que o dinheiro apareça no Brasil. O Santos, por exemplo, em que jogou Pelé, foi obrigado a pagar uma quantia razoável.

► Gestão exemplar

Desde agosto de 2006, uma equipe de 12 procuradores do Banco Central trabalha na tarefa de recuperar os créditos bilionários. Na primeira fase do

projeto, 47 pessoas, entre especialistas e procuradores, foram a 316 comarcas país afora onde transitavam processos de execuções fiscais – a muitas chegaram de moto-táxi, de bicicleta ou de barco –, visitando corredeiros e presidentes de tribunais regionais federais para divulgar a iniciativa do BC de cobrar seus devedores e, ao mesmo tempo, pedir o apoio do Judiciário no andamento de 2.987 processos de execuções fiscais, nos quais eram cobrado R\$ 12 milhões.

A ideia era buscar devedores, ou mesmo patrimônio objeto de penhora, desde a sede do Banco, em Brasília, até as comarcas judiciais longínquas. Os procuradores estiveram em Assu/RN, Marabá/PA, Boa Vista/RO e em diversas cidades do interior do Amazonas.

A equipe do Banco Central estava ciente de que havia um caminho seguro de reaver esses créditos – e, mais do que isso, pavimentar uma forma de atuação valiosa para impedir infrações

financeiras –, desde que colocaram essa ideia no papel. Contudo, esbarrava sempre, por ironia, na falta de recursos orçamentários da Procuradoria do Banco Central. Os autores do projeto continuaram lutando pela sua implantação, pois ele partiu da constatação de que era necessário melhorar a gestão dos créditos inseridos em dívida ativa e, ao mesmo tempo, agilizar os processos de cobranças judiciais dos devedores. Aprovado em agosto de 2006, o projeto foi um dos primeiros a receber o aval da atual diretoria da instituição, sendo que sua gestão é considerada, há cinco anos, a melhor do setor.

Hoje, ninguém no BC atribui sua importância apenas à recuperação de um dinheiro dado como perdido. É muito mais do que isso: o projeto terminou criando uma metodologia específica de organização e acompanhamento de processos, valiosa para enquadrar crimes contra o patrimônio do país. 

Militância em dose dupla

O remédio talidomida enriqueceu os donos do laboratório alemão Chemie Grünenthal e aliviou os sintomas de insônia e ansiedade de muitos pacientes pelo mundo afora, enquanto foi vendido amplamente entre os anos 1958 e 1964, até se transformar em um verdadeiro pesadelo na vida de milhares de famílias, inclusive brasileiras. É o que nos conta Raúl Alzogaray no artigo "Maldita droga, santo remédio". Em nosso país, 600 vítimas do calmante receitado para as suas mães durante a gravidez como remédio para enjoos, náuseas e vômitos até hoje buscam reparação pelas sequelas expressas em seus corpos.

Gustavo Diefenthaler, que enfrentou um penoso tratamento, iniciado em Buenos Aires aos 6 anos, é uma dessas vítimas. "Viver com isso não é fácil, só comecei a caminhar aos 12 anos. Fiz 16 cirurgias, para amenizar os efeitos da focomelia (membros curtos e atrofiados). Meus braços e pernas foram desenhados, ossos foram cortados, emendados e esticados, todo esse esforço para eu ter uma vida



normal e ser independente. Hoje uso muletas e órteses", explica.

Aos 48 anos, casado com a argentina Inês, pai de quatro filhos e funcionário da área de Fiscalização do Banco Central, onde entrou há dez anos, Gustavo preside o Sinal do Rio Grande do Sul e é conselheiro da Associação Brasileira dos Portadores da Síndrome da Talidomida (ABPST). Essa luta, aliás, começou com seu tio, o advogado Walkirio Ughini Bertoldo, que comprou a briga da primeira geração da talidomida. Bertoldo fundou a primeira entidade em defesa dos brasileiros que nasceram com sequelas do remédio: a Associação Brasileira das Vítimas da Talidomida (ABVT).

Gustavo ressalta que a Associação conquistou, em 1982, depois de longa



batalha, a promulgação da Lei 7070, que reconheceu a responsabilidade do Estado pela má-formação de centenas de brasileiros, concedendo-lhes uma pensão mensal do INSS, que varia de R\$ 500 a R\$ 2.000,

de acordo com a pontuação de 1 a 8 das sequelas.

Vitória importante também aconteceu no dia 13 de janeiro deste ano, quando a ABPST, presidida por outra vítima do medicamento, Claudia Marques Maximino, conseguiu aprovar a Lei 12.190, que concede indenização às vítimas do remédio europeu. "Esse projeto de lei foi encaminhado pelo senador Tião Viana (PT-AC), em 2007. Nesses quatro anos, todas as vezes em que ia a Brasília resolver assuntos do Sinal, dava um jeito de percorrer os gabinetes dos parlamentares, com a Claudia, para resolver pendências que impediam a sua aprovação", diz Gustavo. Ele destaca que os deputados Marco Maia (PT-RS), Arnaldo Madeira



Seja como dirigente do Sinal em Porto Alegre, seja como conselheiro da Associação dos Portadores da Síndrome da Talidomida (ABPST), Gustavo não pára: participa ativamente de reuniões, seminários, eventos, representando o Sinal e a ABPST



(PSDB-SP) e Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), além dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) foram importantes aliados nessa caminhada.

O presidente do Sinal-RS cita um exemplo de um dos entraves à aprovação da lei: "O projeto não apontava a fonte de recursos para pagamento das indenizações, e seria arquivado." Por conta disso, Gustavo e Claudia reiniciaram a peregrinação a Brasília. Em julho de 2009, buscaram ajuda do ex- ministro das Relações Institucionais José Múcio, que se comprometeu a articular com o Executivo o ajuste financeiro que faltava ao projeto. O atual ministro, Alexandre Padilha, deu sequência às articulações. "Foi a partir desse trabalho que demos a volta por cima e garantimos o pagamento das indenizações. Mas o presidente Lula teve o cuidado de não faturar isso politicamente".

► Três gerações

Gustavo conta que a talidomida marcou três gerações de brasileiros. A primeira, hoje com 48 a 50 anos, foi vítima indefesa do remédio, proibido só depois de 1964. "Essa geração não sabia de nada, portanto, sobre o governo recai toda a culpa pelo uso indiscriminado do medicamento por suas mães", avalia.

Essa culpa é atenuada no caso dos defeitos congênitos herdados pela segunda geração da talidomida, hoje com idades entre 25 e 30 anos. "O remédio voltou a ser distribuído pelo governo de forma controlada, de 1968 a 1970, no combate à hanseníase."

No caso da terceira geração, com

idades de 5 a 8 anos, não há como responsabilizar o governo pelas sequelas deixadas em dez a 15 crianças no Brasil. "O remédio era distribuído de forma muito controlada, mas ainda aconteceram alguns casos, como o de uma mãe que, para abortar seu bebê, tomou muitos remédios, inclusive a talidomida", diz.

Entre 1958 e 1962, nasceram milhares de crianças com graves deformidades congênitas – ossos dos membros inferiores e superiores curtos, ausência total ou parcial

das mãos, pés e/ou dedos. Em 25% dos casos, havia o acometimento simultâneo e assimétrico dos quatro membros, o que se chamou de "focomelia". Um médico alemão estabeleceu a correlação en-

tre o consumo de talidomida pelas gestantes e o aparecimento das más-formações.

O laboratório farmacêutico Chemie Grünenthal foi obrigado a retirar o medicamento do mercado alemão. Só assim o mundo soube que uma substância tida como "inócua, segura, atóxica e inofensiva" condenou 10 a 15 mil crianças, conhecidas como "os bebês da talidomida", a graves problemas, desde o nascimento. ▣



Pauta do Congresso e eleições

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ (*)

O ano 2010, do ponto de vista legislativo, não traz grandes expectativas para os servidores. As atenções, especialmente no segundo semestre, estão voltadas para as eleições de outubro, que serão caracterizadas pela polarização e por índice de renovação inferior à média histórica.

Agenda do Congresso

O período destinado a deliberações será muito curto e os temas de interesse do funcionalismo não estarão entre as prioridades do Congresso. Esse é o cenário que se vislumbra. Isso, entretanto, não deve imobilizar os servidores e suas lideranças sindicais. Pelo contrário, a inversão de tendência, em relação aos servidores, sempre é possível, e de forma negativa.

O exemplo da aprovação, em dezembro de 2009, no plenário do Senado, e por unanimidade, do projeto de lei complementar que congela as despesas com pessoal é ilustrativo. Não se deve esquecer de que existe em curso, em caráter de denúncia, uma campanha contra o aumento do gasto público, especialmente com pessoal.

Os editoriais de jornais e os telejornais das rádios e TVs chamam diariamente a atenção para o “inchaço” da máquina pública e os déficits da Previdência.

As recentes declarações do secretário de Política Econômica, Nelson Barbosa, e também do ministro Guido Mantega, a favor do projeto que limita a despesa com pessoal são claro sinal do interesse da equipe econômica no tema.

O fato de o novo líder do governo, Cândido Vaccarezza (PT-SP), também ter apoiado as declarações de Mantega, manifestando-se a favor do projeto, deve ser motivo de preocupação. Por isso, devemos nos manter atentos e vigilantes, especialmente em relação a temas como regulamentação de greve, dispensa por insuficiência de desempenho e restrição de despesa com pessoal.

Assim, no que se refere ao interesse dos servidores, além da resistência às proposições que lhe são nocivas – PL 1.992/2007:



previdência complementar do servidor; PLP 549/2009: gasto com pessoal; PLP 248/1998: demissão por insuficiência de desempenho; PEC 341/2009: enxugamento da Constituição; e PEC 233/2008: reforma tributária –, o foco deve ser a escolha de uma agenda positiva, que inclua os temas de interesse dos servidores ativos e aposentados.

Entre as matérias de interesse dos servidores que devem fazer parte da agenda positiva, sugerimos: 1) PEC 270/08: adicional por tempo de serviço; 2) PEC 555/06: fim da contribuição dos inativos; 3) PEC 36/08: Senado, paridade dos pensionistas; 4) o PDS 819/09, do Senado: Convenção 151 da OIT; 5) PEC 441/04: paralela da paralela da Previdência; 6) o PLP 555/2010: relativo à aposentadoria especial do servidor.

Eleições

Sobre as eleições gerais, previstas para outubro, já é possível antecipar duas tendências: 1) a de polarização na eleição



“

No caso do Senado, que possui dois terços de suas vagas em disputa em 2010, a tendência é de grande renovação, porém não será superior à média das duas últimas eleições, em que 54 dos 81 senadores encerravam seus mandatos – respectivamente, 1994 e 2002.”

No caso da Câmara, os custos de campanha e a imagem negativa dos deputados afastam da disputa nomes novos com chances de eleição, favorecendo os candidatos à reeleição.

No caso do Senado, que possui dois terços de suas vagas em disputa em 2010, a tendência é de grande renovação, porém não será superior à média das duas últimas eleições, em que 54 dos 81 senadores encerravam seus mandatos – respectivamente, 1994 e 2002.

presidencial (tucanos versus petistas), que tende a ganhar caráter plebiscitário; 2) a de renovação do Congresso abaixo da média histórica, apesar da indignação da população com escândalos que tomaram conta da atual legislatura.

A eleição presidencial, se confirmado o caráter plebiscitário, será pobre de debate, já que o foco central será a comparação entre os governos Lula e FHC.

A candidatura de Marina Silva, a eventual participação de Ciro Gomes, assim como de outros candidatos à direita e à esquerda, ainda que possam permitir um mínimo de debate, não serão suficientes para quebrar a polarização.

Já a renovação do Congresso, em que pese a indignação do eleitorado, será menor do que a média histórica. E, mesmo que haja substituição de nomes, não haverá propriamente uma renovação, mas circulação no poder, com o retorno ou eleição de ex-ministros, ex-governadores, ex-deputados, ex-secretários, etc.

senadores foram reeleitos, numa renovação de 83,34%, em relação às vagas em disputa, e de 55,55%, em relação ao total de senadores. Em 2002, somente 14 tiveram sucesso, numa renovação de 74,07%, em relação aos dois terços das vagas em disputa, e de 49,38%, em relação à composição total da Casa, 81 senadores.

Em conclusão, pode-se afirmar: 1) que os temas de interesse dos servidores não estarão entre as prioridades, mas deve-se ter muito cuidado com as proposições que restringem direitos, especialmente no período pós-eleitoral; 2) que, apesar de o eleitorado não estar plenamente satisfeito com o PT, mesmo gostando muito do presidente e não sentir saudades do PSDB, a disputa ficará entre os dois partidos; 3) que a renovação no Congresso, a despeito da indignação do eleitorado, ficará abaixo da média histórica. ✓

(*) Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

Um ano morno, em ritmo eleitoral

**PAULO EDUARDO DE FREITAS E
THIAGO REGO, DA TONINHO
ASSESSORIA & CONSULTORIA**

As eleições têm impacto significativo nas Casas Legislativas do Congresso Nacional. Para as próximas, circulam comentários fortes de que haverá renovação superior a 50% dos deputados. Isso combinado, estima-se um calendário para deliberação de proposições quase restrito ao primeiro semestre – até junho, embora haja a previsão de ir até 17 julho – e ao período posterior às eleições, e, nesse caso, para pauta de emergência e de interesse do governo.

As expectativas de resultado não são grandes. No primeiro semestre, as deliberações tendem a se concentrar nas medidas provisórias, nos projetos de lei do Executivo em regime de urgência e nas proposições que obtiverem consenso entre governo e oposição no colégio de líderes. De outro lado, o período eleitoral poderá levar os deputados a se rebelar em relação ao governo

em alguns projetos de maior apelo popular. O segundo semestre, com exceção de eventuais esforços concentrados de uma semana por mês, no período de agosto a outubro, será destinado à campanha eleitoral, restando apenas os meses de novembro e dezembro para votação da agenda legislativa.

Prioridade do governo

A prioridade número um do governo para esse ano fica por conta das matérias que tratam do marco regulatório do pré-sal. Na divisão por área, o primeiro grupo inclui, ainda, o setor de infraestrutura (PAC), o projeto de convergência tecnológica, a lei geral das agências reguladoras, os projetos dos resíduos sólidos, da defesa da concorrência e do cadastro positivo e a lei de licitações, entre outras. O segundo grupo é constituído por projetos de interesse dos assalariados – trabalhadores, aposentados e servidores públicos – como o fator previdenciário, o reajuste dos aposentados, a redução da jornada

de trabalho e o limite de gastos com pessoal. O terceiro grupo engloba modificações na legislação eleitoral – como o projeto da ficha limpa – nos códigos de processo – como o fim do fórum privilegiado e o fim do direito a prisão especial dos cidadãos com formação superior – além do projeto de regulamentação dos bingos. É difícil supor que isso tudo vá à apreciação dos parlamentares.

Votação de Propostas de Emenda à Constituição (PEC's)

Por decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), a votação de Propostas de Emenda à Constituição (PEC's), no período que antecede as eleições, estará restrita às matérias de maior entendimento entre os líderes partidários, havendo grande resistência do governo em votar matérias que aumentem a despesa permanente, e o temor da oposição em votar matérias que possam render benefícios eleitorais ao governo. Entre as PEC's de inte-

resse dos servidores públicos que poderão ser incluídas em pauta, mas que dependem de muito esforço, cabe destacar:

a) na Câmara dos Deputados:

I. A PEC 270/2008, que trata da aposentadoria por invalidez, com integralidade e paridade;

II. A PEC 210/2007, que trata do adicional por tempo de serviço;

Existem, ainda, duas PEC's que poderão chegar ao Plenário, ainda em 2010. São elas: PEC 555/2006 (fim da contribuição dos inativos) que está sob análise de Comissão Especial presidida pelo deputado Marçal Filho (PMDB-MS), cabendo ao deputado Luiz Alberto (PT-BA) a relatoria da matéria; e a PEC 441/2005 (que garante paridade às pensões/reforma da Previdência – paralela da paralela) que aguarda a criação e instalação de Comissão Especial, que só irá ocorrer se houver pressão sobre o presidente da Câmara.

A PEC-555/2006 apenas iniciou os seus trabalhos em meados de abril, após um esforço intenso por

parte das entidades interessadas. O relator aponta usar as 40 sessões da Comissão para apresentar seu relatório. Ele se dispôs a ouvir todas as entidades, especialistas e o governo. Tudo somado, poderá ultrapassar o período útil de trabalho real da Casa. As entidades sindicais e associativas, especialmente as das carreiras exclusivas de Estado, têm uma forte atuação no Congresso Nacional, mas o fazem separadamente, com coordenação muito frágil, o que dificulta uma ação estratégica mais clara e consequente.

b) no Senado Federal:

– A PEC 36/2008, que trata da paridade das pensões.

Projetos de interesse dos servidores

Entre os projetos de maior interesse dos servidores que poderão entrar na pauta do Congresso Nacional, ainda nesta legislatura, destacamos as seguintes proposições:

● PLP 549/2009, que estabelece mais limites para gastos com

pessoal (LRF), e que tende a ser aprovado, caso não haja grande mobilização e pressão dos servidores. A defesa mais consequente a fazer para esse projeto é o arquivamento em conjunto com o PLP-01/2007;

● O PLP 1/2007, de teor idêntico ao PLP 549/2009, deve continuar parado, já que a prioridade da equipe econômica é a aprovação do PLP 549/2009;

● O PLP 248/1998, que trata da dispensa por insuficiência de desempenho, não deve ser incluído na ordem do dia;

● O PL 1992/2007, que institui a previdência complementar do servidor público, tende a ser aprovado com alterações, especialmente na criação de mais de um fundo de pensão, um por Poder. No entanto, com a rejeição da PEC da CPMF, perdeu prioridade; e

● O PL 4497/2001, que regulamenta o direito de greve do servidor público. Se pautado, tende a ser aprovado com alterações, nos termos do parecer do relator da CCJC, deputado Magela (PT-DF). ▣

Entrevista senadora María Eugenia Estenssoro (ARI- Coalición Cívica)

Versión en español

■ **La primera pregunta se relaciona con la crisis institucional del Banco Central Argentino. ¿Cómo debe ser la autonomía de un banco central en una sociedad democrática? Cuéntenos sobre la experiencia argentina. ¿Qué nivel de independencia tiene el BC?** Argentina tuvo una reforma de la carta del Banco Central en la década pasada y otra más reciente en esta década. Se decidió que el objetivo principal del Banco Central sería el de preservar el valor de la moneda. Un punto muy importante define que: “En la formulación y ejecución de la política monetaria y financiera, el Banco Central no estará sujeto a órdenes, indicaciones o instrucciones del Poder Ejecutivo Nacional. El Banco no podrá asumir obligaciones de cualquier naturaleza que impliquen condicionar, restringir o delegar, sin autorización expresa del Honorable Congreso de la Nación, el ejercicio de sus facultades legales”. Además consta en su artículo 1° que el Banco Central de la República Argentina es una entidad autárquica, o sea, independiente económicamente del Estado Nacional. Eso significa que es una entidad del Estado Nacional pero no del Poder Ejecutivo. Una diferencia que no sé si se aplicaría en Brasil. En mi entender esta estructura es positiva, principalmente en vistas de la historia Argentina, donde durante muchas décadas el Banco Central se utilizó para financiar el gasto público. Lo que ocurrió fue que la emisión permanente de moneda sin respaldo generó una altísima inflación. En los años 70, comenzó a trepar, siempre con una inflación del 30%, 40%, 50% al año, hasta llegar al 5.000% anual, en 1989.

La reforma constitucional que se hizo en 1994 en Argentina le otorga al Banco Central esta independencia. Nosotros creemos que eso es saludable, especialmente ahora que vemos que el gobierno desea flexibilizar ese punto, justamente en un momento en que el país ya tiene 30% de inflación anual -- o sea, cuando ese proceso inflacionario se empieza a repetir. Lo que es una señal peligrosa. Hay muy pocos países en el mundo, creo que solo Venezuela y Argentina, que están creciendo con alta inflación. Uno ve la lista de esos países, incluyendo Europa del Este, y nota que Argentina tiene hoy, en términos comparativos, una inflación preocupante. Porque en 30% es cuando los economistas consideran que la inflación empieza a separarse de sus causas originales -- como pueden ser la oferta y la demanda -- y surge una expectativa inflacionaria que se auto alimenta. Además, en el contexto en que surge este debate hoy en Argentina, los recursos, o sea, los ingresos fiscales por impuestos aumentan un 3,5 % por mes, mientras el gasto público aumenta 17%.

■ **¿A qué llama gasto público? Porque, en Brasil, hay una discusión que separa el gasto público y la inversión -- esta última necesaria para el desarrollo del país.** Me refiero al gasto corriente. Más allá de lo que determina el presupuesto, que es, en realidad, lo que limita los gastos anuales del gobierno. El hecho es que están ingresando 3,5% más recursos -- crecen los recursos-- pero el aumento del gasto público crece todavía más, el 17%. Esta discrepancia es peligrosa.. La idea de

poder de usar ahora las reservas del Banco Central para financiar gasto corriente, no inversión, no es una buena receta. La Argentina ya la conoció. Nos llevó a situaciones que esperamos que no ocurran nuevamente. Tuvimos una gran crisis financiera y económica al final de la década de los 80 y otra muy seria en el 2001. Y tenemos un patrón en el que la economía empieza a funcionar. Somos austeros por un tiempo, después aumentamos el gasto más allá de la productividad de la economía, y llegamos a situaciones, más o menos cada diez años, donde empiezan los problemas.

■ **¿Cuál es la relación del Banco Central con la ejecución de la política económica del gobierno?** El artículo 19 dice que el Banco Central tiene prohibido conceder préstamos al gobierno nacional y a bancos provinciales y municipales. Con las excepciones que se definen en el artículo siguiente: el Banco Central puede hacer adelantos dentro de cierto porcentaje, o sea, puede otorgar préstamos transitorios al gobierno nacional hasta un monto equivalente al 12% de la base monetaria. Entonces, no es que no exista ninguna relación. Existe posibilidad financiación pero esta debe estar reglamentada por ley. Uno puede pensar que tal vez 12% sea poco y querer que sea mayor, eso se puede llevar a discusión.

■ **¿Un debate que se tiene que dar en el Congreso?** Sí. El Banco Central es una entidad creada por mandato expreso de la Constitución Nacional. Es un organismo con mandato constitucional. La Constitución dice que entre las atribuciones del Congreso de la Nación, está la función de conformar el Banco Central da República Argentina. La ley reglamentaria dice que el Banco Central no recibe órdenes del Poder Ejecutivo y que sus decisiones deben tener el aval del Congreso. En el caso de decisiones que no estén previstas en el marco reglamentario, tiene que contar con aval del Congreso Nacional. O sea, puede haber modificaciones pero siempre por medio de una ley del Congreso de la Nación. Porque los mandatos de los directores del Banco Central son de 5 años y no coinciden exactamente con las elecciones presidenciales.

■ **En Brasil, el Banco Central participa en la gestión de la política económica que define el gobierno aunque es el Ministerio de Hacienda el que la comanda. Si la política financiera y monetaria, pero no la económica. Por ejemplo: Hay que construir escuelas, hacer inversiones en petróleo, eso es atribución del Ministerio de Economía y del Tesoro Nacional. Cuales son las funciones del Banco en la política monetaria?** Preservar el valor de la moneda, regular el sistema bancario, respaldar los depósitos bancarios, y cuidar las reservas. Tiene también la función de garantizar el dinero del ahorro de los bancos, en el caso de que haya algún tipo de corrida bancaria. Los bonos que a veces emite el propio Banco Central, o el propio gobierno, tienen respaldo del Banco Central. Y están las consultas. Eso significa que el Poder Ejecutivo consulta y el Banco Central da su parecer. Lo que no quiere decir que el Banco Central tenga que aceptar todo lo que el gobierno defina. Por lo que sabemos esta situación ocurre de forma muy parecida en varios países.

■ **¿Fue lo que pasó con el ex-presidente del Banco Central Argentino, Martín Redrado?** De acuerdo a la actual reglamentación, en el caso en que el Poder Ejecutivo Nacional quiera efectuar alguna acción de política

económica con los fondos del Banco Central ésta debe ser expresamente autorizada por el Congreso. Si no, el Banco Central, tal como está establecido en su carta orgánica, tiene como misión fundamental la preservación y sustentación del valor de la moneda y la política monetaria.

■ **Entonces, por lo que usted está diciendo, existen dos problemas en la forma en que el gobierno actuó: uno es no haber consultado al Congreso, como manda la Constitución y otro es que el gobierno quería usar las reservas de BC para gastos corrientes.** Sí. La crisis se desata porque al entrar en receso - el Congreso cierra por vacaciones durante dos meses en diciembre - el Poder Ejecutivo emite un decreto, no una ley sino un decreto, de Necesidad y Urgencia, como se llaman que existen para casos de emergencias. En Brasil hay algo parecido, ¿cómo se llama?

■ **Medida Provisoria** Eso, Medida Provisoria. Como si hubiese una urgencia. Para emitir un decreto de Necesidad y Urgencia el gobierno tiene que probar que no existe manera de convocar al Congreso Nacional. Se podrían haber convocado sesiones extraordinarias, eso se hace siempre. En diciembre y febrero siempre hay de estas sesiones. Esta vez, no obstante, no lo hicieron porque el gobierno quería eludir el debate en el Congreso. Ese fue el primer problema, y no menor, de forma. A partir de las elecciones legislativas del 10 de diciembre hubo un cambio en la composición del Congreso y el gobierno perdió las mayorías automáticas. Entonces, si se hubiese enviado un proyecto de ley, se habría generado un debate donde ellos podían ganar o perder. Ante ese escenario, con el Congreso en receso, emitieron un decreto de Necesidad y Urgencia. Por eso nuestro reclamo fue, durante la segunda mitad de diciembre, que se convocasen sesiones extraordinarias. Ante la resistencia del gobierno se presentó un amparo en la justicia y comenzó todo ese problema. Este es el problema mayor. Además, en noviembre se había votado el presupuesto 2010 en el que ya estaba previsto el gasto para el pago de los vencimientos de la deuda externa. El decreto, entonces, no era necesario.

Otra cuestión era que había un vencimiento de 800 millones de dólares ahora en marzo -- no de seis mil como estaba en el decreto del gobierno, sino de 800 -- y otro de 4000 y pico en agosto, o sea, cuando se estuviese funcionando en sesiones ordinarias. No había ninguna necesidad de hacer esto por medio de un Decreto de Necesidad y Urgencia. Esto es lo que seguimos discutiendo de diciembre hasta ahora. Y el Congreso está paralizado porque el gobierno no quiere revocar el decreto. Dictaron primero un decreto que la Justicia anuló y después emitieron otro muy parecido.

Entiendo que el gobierno no quiere ser derrotado políticamente y la actual correlación de fuerzas parece indicar que el decreto sería rechazado. Aunque es probable que si fuese una ley, se aprobaría. Pero el gobierno no quiere pasar por la instancia anterior. Y el Congreso quiere rechazar el decreto porque quiere que quede claro que el gobierno no puede tomar ese tipo de decisión con respecto al Banco Central sin pasar por el Congreso.

■ **Entonces más que la discusión del mérito de si las reservas se pueden usar o no, lo que unió a la oposición fue la forma de actuar**

del gobierno. Sí es más una cuestión de forma.

■ **Hay muchas vertientes ideológicas en la oposición al gobierno hoy?** Sí, por ejemplo los legisladores de grupos más de izquierda dicen que están de acuerdo con el uso de los fondos del Banco Central para proyectos de desarrollo pero que no quieren que sean usados para pagar la deuda externa porque argumentan que es ilegítima y que debe ser investigada. Y nosotros, de la Coalición Cívica pensamos que no hay excedente de reservas y que si se suma lo que corresponde a la base monetaria, el dinero de los bancos, y los títulos públicos, resta un margen muy pequeño. Creemos que en este momento sería arriesgado desfinanciar el Banco Central. Nuestra discusión es más técnica. No es esta discusión teórica de si el banco tiene que ser independiente o no. El problema no es ése sino para qué se quiere el dinero. Les estamos pidiendo que nos expliquen. Si el dinero destinado al pago de la deuda ya estaba en el presupuesto para qué quiere el gobierno las reservas del Banco Central.

■ **El hecho de que el gobierno no haya logrado avanzar en ese proceso, que culminó con la renuncia del presidente del Banco Central, significa que la ley tiene deficiencias o es un problema institucional de un gobierno que no respeta la ley.** Eso se relaciona con la reglamentación de los Decretos de Necesidad y Urgencia. El gobierno emitió un decreto que la Justicia rechazó, inmediatamente después emitió otro igual. Ese mismo día, antes de que la Justicia o el Congreso pudiesen reaccionar extrajo el dinero de las reservas. De esta forma, este decreto ya está en ejecución. Y ¿qué dice la ley de Decretos de Necesidad y Urgencia? Nuestra ley es muy dura. Dice que el Congreso puede rechazarlos o aprobarlos pero que para rechazarlos, cosa que no es frecuente, tiene que pasar por las dos cámaras. Cuando se trata de un proyecto de ley, no obstante, basta con una sola de las cámaras lo rechace para que no se toque más. Ahora estamos tratando de rechazarlo. Es posible que cuando finalmente el Congreso lo logre el dinero ya no esté más.

■ **Fue cuando surgió la crisis.** Porque las peleas acá son dos. La primera es que el Congreso le pregunta al gobierno por el destino del dinero. El presupuesto se sanciona en el Congreso Nacional que autoriza el gasto del Poder Ejecutivo, como en todas las democracias. Queremos saber en qué quiere gastar el gobierno ese dinero. No estamos conformes con la respuesta porque el dinero para el pago ya está en el presupuesto 2010.

■ **¿Y qué dice el gobierno de esto?** El gobierno repite el mismo argumento pero no da explicaciones. Dice que si pagamos ese dinero vamos a poder tener acceso a los mercados internacionales, olvidando que en realidad ese dinero ya está en el presupuesto. Pero este es un gobierno que quiere que discutamos ahora la independencia o no del Banco Central, que entremos en una discusión ideológica en la cual todos nos vamos a pelear mientras ellos gastan el dinero. Es un tipo de estrategia que el gobierno utiliza con mucho éxito. Como hay un contexto, como ya dije, donde la recaudación aumenta 3,5% por mes pero el gasto aumenta 17%, lo que está ocurriendo es que el

gobierno tiene un gasto mayor que el aprobado en el presupuesto y éste es motivo por el cual hace todo esto. Nosotros le pedimos al Ministro de Economía que venga al Congreso a explicar por qué en apenas cuatro meses hay déficit, necesidades fiscales que no fueron previstas. Esta es una discusión que tampoco logramos tener con él.

■ **¿ Todavía no fue? Sí, vino.** Pero para hablar de la reestructuración de la deuda. El gobierno dice que si pagamos, si usamos las reservas del BC para pagar la deuda a los bonistas del default argentino, que si Argentina paga ahora, tendrá acceso al crédito internacional, como Brasil, a 6,5%, y no a 12%, como es ahora. Para nosotros de la Coalición Cívica este argumento es falso. Porque Argentina tenía el mismo riesgo país que Brasil en 2007. Y el riesgo país de Argentina, que es el que define la tasa de acceso al crédito, trepó de 200 a 800 cuando el gobierno intervino el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC) para tapar la inflación. Y fue precisamente en ese momento que la Argentina volvió a tener un riesgo país superior al resto de las economías emergentes.

■ **Una cuestión de credibilidad, ¿no? Sí.** Escribí un artículo que trata de recuperar el crédito y la confianza. En el 2001, tuvimos un default. Paramos de pagar. Nosotros queremos honrar nuestras deudas. La deuda se renegoció en el 2005, el riesgo país bajo y empezamos a tener acceso al crédito internacional a las mismas tasas que los otros países. Pero cuando un año después comenzó la inflación, el gobierno hizo esto y nuevamente disparó la desconfianza en la Argentina. Hoy el mercado internacional desconfía de la Argentina no por los bonistas, que representan un porcentaje muy pequeño de deuda que no se pagó, sino por la manipulación de las estadísticas. Somos un país que miente sobre sus estadísticas nacionales. No podemos hablar de una política de combate a la inflación porque nosotros decimos que es 30% y el gobierno dice que es 6%. Nosotros decimos que la pobreza es 30% y el gobierno dice que es 12%. Lo que se ve es que cada vez la gente puede comprar menos alimentos, cada vez hay más pobres de nuevo. Para tapar eso el gobierno intervino el Indec y va interviniendo organismos, como el Banco Central, que tienen que ser técnicos y profesionales y que no pueden estar siendo manipulados por los gobiernos de turno para que digan lo que ellos quieren decir. El Instituto Nacional de Estadísticas debe ser impenetrable a la política del partido gobernante. Las estadísticas deben ser neutrales, las mismas para todos. Este gobierno, a medida en que el modelo económico empezó a tener problemas, comenzó a intervenir para que los problemas no fuesen visibles.

■ **¿Cuál es la situación real de las reservas argentinas? En Brasil, gracias a una política agresiva de recomposición de reservas, logramos enfrentar la crisis internacional sin grandes daños a la economía.** La crisis internacional no afectó tanto a la Argentina porque había un nivel de endeudamiento muy bajo. No porque teníamos acceso a crédito a altas tasas de interés sino porque solamente el gobierno de Venezuela nos prestaba plata. Por eso tenemos muy poca deuda, porque no nos prestan – y cuando lo hacen es a tasas muy altas. El modelo del gobierno era vivir con nuestros propios recursos. Cuando ya no hubo superávit, cuando los precios internacionales empezaron a moverse, qué hizo el gobierno? Primero, empezó a usar el dinero de los jubilados, los fondos

de pensiones. El gasto corriente está siendo financiado con el dinero de la jubilación.

■ **¿Y puede el gobierno usar de esa manera ese dinero? No, no puede.** Pero estamos en esta situación donde es muy difícil controlar porque hasta ahora eran mayoría en el Congreso. Con eso, los pedidos de informes, las decisiones para poder controlar para los gastos del gobierno eran muy difíciles, el Congreso les aprobaba todas las leyes que querían. Pero la realidad es que el gobierno está siendo financiado con el dinero de los jubilados. Hay 700 mil causas de jubilados contra el gobierno porque están recibiendo un tercio de lo que en la realidad les correspondería como jubilación.

■ **Pero ¿no hubo recomposición de las reservas? Sí, claro.** Hay recomposición de reservas y eso es correcto. Una gran recomposición, porque como entran divisas con las exportaciones de materias primas y de soja, eso permitió ir aumentando las reservas año tras año. Digamos que esta es la única cuenta que está creciendo. Por eso el gobierno quiere ir allí. Por eso el gobierno ahora quiere provocar esta discusión ideológica sobre la independencia del Banco Central, porque es de donde quiere sacar financiación.

■ **¿La recaudación del gobierno aumentó también porque las exportaciones pasaron a ser gravadas? Fue el gran problema con los agricultores, ¿no? No.** Eso empezó antes, en el 2002. Tradicionalmente Argentina grava las exportaciones del campo. En los 90, esa política se suspendió pero a partir de la crisis del 2001, en el 2002, volvieron los gravámenes a las exportaciones agrícolas. Empezaron con 10%, después pasaron a 12%, más tarde 15% y ahora 31, 32%. Cuando el gobierno quiso poner retenciones móviles, que acompañasen el aumento de los precios (35, 60, 80%), surgió este conflicto con el campo y se fijaron en 35%. Pero aunque la recaudación aumenta porque los precios internacionales se recuperaron, eso no basta. Porque el gasto público va creciendo mucho más. Y cuál es uno de los componentes principales del gasto público? La Argentina se quedó sin petróleo y estamos importando petróleo y gas a precios muy altos. Esa es una de las cuentas que tiene el gobierno.

■ **¿Por falta de inversiones? Sí,** por falta de inversiones se agotaron las reservas. Hace una década la Argentina producía mucho más petróleo y gas que Brasil pero, como no invirtió en toda esta década, ahora está importando y eso es una parte importante del gasto público.

■ **Se critica al Banco Central por estar sujeto a la influencia del gobierno para acciones populistas. Pero no se critica un Banco Central que por ser muy independiente puede estar sujeto a la influencia del sistema financiero, representando lobbies e intereses privados.** Ese nunca fue un asunto acá porque en la Argentina existen muchas dificultades para eso. El Banco Central, por ejemplo, les exige a los bancos privados que tengan un porcentaje bastante alto de los depósitos inmovilizados.

■ **En Brasil también es así. Son los depósitos obligatorios. que pueden ser mayores o menores. Le explico mejor la pregunta anterior:**

los bancos deben depositar parte de sus reservas en el Banco Central . El Banco Central, en función de la política monetaria que quiere implementar, de la cantidad de dinero que quiere tener en circulación, aumenta o disminuye el valor de ese depósito. Lo que argumentan los que están contra de la autonomía o independencia del Banco Central es que el banco no puede estar bajo la influencia de las grandes corporaciones financieras, pero tampoco puede sujetarse a la influencia gubernamental. Para completar, la crítica es que el sistema financiero brasileño es muy grande, muy poderoso. Que los bancos ganan mucho, que el sistema financiero está muy concentrado. Los bancos ganan mucho dinero con el spread bancario. Los bancos acá tienen un spread muy alto también, tienen relaciones con los gobiernos, sean quien sean. Son siempre amigos íntimos del gobierno de turno. Y esto ahora está ocurriendo como nunca antes. Actualmente, los bancos tienen mucho dinero, mucha liquidez, pero no prestan. Porque las tasas son tan altas que nadie está tomando crédito. Y así y todo, están ganando mucho dinero. Aunque la bancarización en Argentina es bajísima. Después del 2001, acá no hay confianza en el sistema financiero. Hoy, por ejemplo, el banco te da 9% o 7%, no sé. Uno deposita su plata, te dan 9%, y la inflación es 30%, entonces no tiene sentido.

■ **El Banco Central regula muchas actividades y acciones del mercado financiero. La fusión de bancos, por ejemplo. La misión del BC, además de preservar la moneda es celar por el buen funcionamiento de sistema financiero.** Acá también. La ley es clara: "las atribuciones del Banco Central serán la regulación de la cantidad de dinero y de crédito en la economía, dictando normas en materia monetaria, financiera e cambiaria". Esas son sus atribuciones.

■ **En la ley está bien. Pero en la práctica, ¿Funciona? ¿La fiscalización es eficiente?** En la práctica funciona. La que controla es la superintendencia de bancos. La banca está muy concentrada, también está muy internacionalizada. Por ejemplo, el banco Itaú tiene hoy una posición bastante importante. La banca nacional sufrió mucho en el 2001, lo que terminó resultando en que hay realmente muy poco acceso al crédito. Tradicionalmente en Argentina esto ha sido así, porque cuando hay tasas de inflación altas, el crédito se pone difícil. Solamente las grandes empresas tienen acceso al crédito y eso es un problema muy serio de la economía argentina.

■ **Como la revista no es sólo para los empleados del Banco Central, hablemos un poco de política. Cual es la historia de su agrupación, que propuestas tiene para el país?** Se llama ARI - Coalición Cívica, un partido que surge en los años 2000, 2001, con la crisis. Su líder es una mujer llamada Elisa Carrió, que proviene del Partido Radical. En Argentina hay grandes partidos: el Justicialista, que llamamos Partido Peronista y el Partido Radical. Carrió deja el Partido Radical, que en ese momento era gobierno, en la crisis famosa del 2001, y funda el o ARI, que más tarde pasa a llamarse ARI - Coalición Cívica, un partido de centroizquierda. Ella participó de una comisión que investigó toda la corrupción financiera de los bancos en los años 90. Ese asunto de los bancos era un más vigente en la época de Menem.

■ **¿Por qué?** Había mucha corrupción, porque había muchas conexiones, Ahora la corrupción ni siquiera entra en el sistema financiero, es mucho más cerrada y entre pocas personas: el dueño de los casinos, el dueño de YPF. Es otro circuito. Pero en la época de Menem, tal vez estaba más vigente había ese tema de los bancos. Y entonces Elisa Carrió surge como alguien que cuestiona esa práctica, que hace una investigación del lavado de dinero no solamente del narcotráfico, como también de la corrupción privada. Y siempre la privada se relaciona con la gubernamental, el tango se baila de a dos. De allí surge Elisa Carrió, primero como una expresión claramente de centroizquierda. Mas tarde empieza a comprender que el problema argentino es un problema mucho más de valores y de corrupción que de izquierdas y derechas. Porque los gobiernos se dicen de derecha o de izquierda y al final actúan igual. Las prácticas son las mismas, la utilización de los recursos del Estado en beneficio propio, para beneficiar bancos y empresas, grandes empresas locales en lo que nosotros llamamos capitalismo de amigos. El modelo es siempre el mismo, aunque el discurso sea diferente.

Nuestro temor es que en un momento en que los países emergentes, como Brasil, como Chile, como Uruguay, como tantos otros, como Argentina también, están creciendo a tasas altas, con un contexto internacional que nos favorece, la Argentina dilapide esta oportunidad. Eso tiene mucho que ver con la corrupción y el descontrol. No estamos contra el gasto público, del tamaño del gasto público, sino de la falta de transparencia y de respeto a las normas legales. Puede haber una ley pero no se la respeta. Porque como hay mayorías avasallantes en el Congreso, los diputados y senadores miran para otro lado. Éste es el tema central del discurso de Elisa Carrió. Con eso ella fue armando una Coalición Cívica diversa, plural, de gente que proviene más de la izquierda, pero también de la derecha y del centro, que tiene como núcleo el contrato moral, el contrato contra a corrupción, venga de donde venga. Y también el contrato republicano de la división de poderes.

En Argentina, uno de los grandes problemas es que se les da en general demasiado poder a los presidentes y después nos arrepentimos. Y la culpa es de Menem, de Duhalde, de Kirchner. Pero esto pasa porque el Congreso no tuvo el poder de controlar a los partidos, por eso nuestra propuesta de división de poderes. Hoy, por ejemplo, en el Poder Judicial, hay una Corte Suprema autónoma por primera vez en nuestra historia. Y esto es muy importante porque es un límite, los jueces no responden al partido del gobierno. Esto no ocurría desde 1930. Y esta crisis institucional, esta pelea tan fuerte que la oposición está llevando en el Congreso con el Poder Ejecutivo, se explica porque el gobierno se resiste a que el Congreso funcione como un factor de equilibrio de poderes, como en la democracia. Bueno, ese es nuestro rol principal: la división de poderes.

■ **¿Y cómo se posiciona su partido en relación a la concentración de la renta y a la pobreza en el país? ¿Cómo está a la situación? ¿Mejoró?** Otro tema con el que estamos muy comprometidos es el de la distribución de la renta, la justicia social. Porque el partido gobernante, el peronismo, fue gobierno en la década de los 90 y es gobierno ahora y, sin embargo, en estos últimos 20 años, la pobreza estructural de la Argentina creció, como habrán visto, a niveles que los argentinos no conocíamos. Éramos un país de clase media, no una sociedad de ricos

y pobres, con una pobreza que no llegaba al 10%. En estas últimas dos décadas, la pobreza estructural aumentó más de 30%. Nuestras villas de emergencia hoy se han favelizado, algo desconocido para nosotros. Así como vemos los casos de Chile o - no sé, corríjanme - Brasil, donde la pobreza tal vez se está reduciendo, nuestros niveles de pobreza con muy altos. O sea, aunque el Partido Peronista dice ser el partido de la justicia social, sus gobiernos, en realidad, contribuyeron en gran medida para el aumento de la pobreza. Porque de los veintiséis años de democracia que tenemos, el peronismo gobernó casi veinte y la pobreza creció de forma escandalosa. La justicia social es una bandera que nos parece fundamental. No hay desarrollo sin justicia social.

■ **Pero ¿los años de gobierno militar no tienen una cuota de responsabilidad en esta situación, de aumento de concentración de renta, de pobreza?** Sí, hubo un incremento de la pobreza durante el gobierno militar pero si miramos la situación de la Argentina en el año 83 en términos de la pobreza estructural y de la distribución de renta, la decadencia actual es muy grande. Por eso no sé qué piensan ustedes pero he hablado con brasileños que no lo pueden creer, que antes venían a la Argentina y éramos un país mucho más desarrollado que ustedes. No podemos seguir acusando al gobierno militar aunque hayan sido los que empezaron con la desintegración social, la quiebra del Estado. La realidad es que no hemos logrado dar respuestas a las necesidades de la sociedad. El sistema político no ha respondido bien a las necesidades de desarrollo, de modernización que la democracia exigió. Creemos que hay ciertos problemas de mal uso de los recursos públicos, de connivencia entre los sectores empresariales y sindicales, entre los gobernantes, que terminan dilapidando los fondos públicos. Y que Argentina sistemáticamente no aproveche los momentos más favorables, como esta década que fue una década bendita. Uno ve que todos los países tuvieron altas tasas de crecimiento, pero nosotros tenemos menos petróleo que antes, tenemos más pobreza. Quedamos rezagados en relación a los otros países.

■ **Mencioné el gobierno militar porque hubo una diferencia entre el gobierno militar argentino y el brasileño en relación a las inversiones en la industria. Del punto de vista de la política industrial, los militares brasileños tuvieron una visión de mas largo plazo, con un proyecto nacional de biotecnología, de industria petroquímica, nuclear. Acá por lo que se dice, el parque industrial fue destruido.** Esos proyectos en Argentina se formularon al final del siglo XIX y principios del XX y se reformularon durante el peronismo. Algunos fueron gobiernos militares, otros fueron civiles. En la década del 60, empezamos a tener gobiernos militares y civiles de dos años, mucho caos, violencia, agitación social, que terminó en el desastre de los 70. Cada gobierno fue degradando el Estado, la infraestructura productiva estatal. El gobierno de Alfonsín tenía muchos otros problemas. Fue un gobierno que quiso abrir procesos contra los militares y sufrió levantamientos militares. Y el Estado, que había sido un Estado progresista en la primera mitad del siglo XX, ya era un Estado en decadencia. Creo que no hemos podido volver e formular un proyecto de país. Cuando el Estado empezó a degradarse, se impuso el concepto de "sin Estado". Creo que ahora necesitamos recuperar la idea de un Estado moderno, sólido, por concurso.

■ **Voy a leer el artículo 192 de la Constitución de Brasil que queremos reglamentar que dice que "el sistema financiero nacional debe estar estructurado para promover el desarrollo equilibrado del país y servir los intereses de la colectividad". Eso es lo que falta reglamentar , porque el sistema financiero tiene también la obligación de repartir riqueza.** Bueno, lo que ustedes proponen es interesante porque aquí ese debate no se está dando. Hemos visto que en los últimos años el sistema financiero en Argentina obtuvo ganancias insólitas, porque aunque preste poco, el spread es tan alto que el lucro es enorme, principalmente para los banqueros amigos del gobierno. Sin embargo la tasa de bancarización del país es bajísima. Un empresario de pequeña o mediana empresa, un emprendedor necesita crédito y no lo consigue.

■ **¿No hay líneas de micro finanzas?** Sí, pero son iniciativas de programas sociales, no del gobierno.

■ **Existe una idea del gobierno brasileño de hacer que el banco público sea el propulsor de esta cambio.**

¿Pero ustedes no tienen un banco de desarrollo?

■ **Sí. Tenemos el BNDES - Banco de Desarrollo Económico y Social - que es un banco público. Hay mucha presión para que el BNDES, el Banco do Brasil y la Caja Económica Federal sean los propulsores del cambio. Con tasas de interés más bajas, estos bancos públicos pueden hacer que los bancos privados, para ser competitivos, bajen sus tasas.** Claro. Esa debería ser la función de las instituciones públicas. Un banco que no sea el Banco Central, el Banco de la Nación, por ejemplo. Como no necesita de un rendimiento exorbitante, porque no reparte dividendos, puede y debe ser el que tenga más transparencia. O sea que el control externo, tanto del sistema político, como del ciudadano, de la sociedad civil, tiene que ser muy alto e el banco debería poder prestar a tasas bajas. El Banco de la Nación ya está haciendo eso, sólo que el gobierno está utilizando cerca del 30% del dinero disponible para crédito del Banco de la Nación. El gobierno nacional al utilizar ese dinero para financiarse lo está substrayendo del sistema productivo privado. Nosotros tuvimos un banco de desarrollo, el Banade, que infelizmente terminó siendo una especie de caja para los amigos, que nos llevó a la deuda externa de los años 70 y 80, con proyectos de desarrollo monumentales que nunca vimos y que enriquecieron a mucha gente.

■ **En los últimos años el Mercosur perdió fuerza, fundamentalmente en función de las disputas entre sus dos mayores integrantes, Brasil y Argentina. Por el lado de Brasil, hoy la integración latinoamericana es uno de los principales pilares de la política externa del gobierno Lula. Hay todo un empeño del Brasil con relación a Argentina y otros países de América Latina. Como ve la posición de la Argentina en relación a Brasil?** A ver. Primero: ¿cuál es el punto de vista brasileño?

■ **La idea era que el Mercosur se desarrollase a partir del comercio, en un mercado común, así como en la Comunidad Europea. Hoy Europa es un mercado común de bienes y de trabajo. Que hubiese también una integración institucional y política. Parece que no es eso lo que está pasando.** Creo que al principio, con Sarney y Alfonsín, si

había buenas intenciones. Pero después el sistema se volvió meramente comercial, con el Consenso de Washington y la ola ideológica de Collor y Menem. Creo que a partir del 2000 hubo una tentativa de retorno. Por lo menos en intenciones, especialmente de Duhalde, que no es santo de mi devoción pero... en fin! Él trató de encauzar nuevamente el Mercosur, e incluso Lula buscó doblar un poquito la apuesta con el Unasur. Pero lo que ocurrió durante los 90 fue que el Mercosur quedó como un acuerdo comercial y no se pudo avanzar en lo institucional, no fue posible avanzar en lo político más allá de lo formal.

■ **¿Cuáles son los grandes desafíos para que este tratado sea realmente un proyecto de integración?** Se miramos desde los años 80 cuando ambos países retornaron a la democracia, veremos una evolución muy positiva en el intercambio comercial. Nuestro principal socio hoy es Brasil. Y eso no era así. También, la desconfianza militar mutua ya no existe, no hay ejércitos mirándose con desconfianza. Un dato importante de esta década es que Brasil empieza a emerger como un líder de la región. Y esto, evidentemente, nos toca un poco el ego. El de los argentinos siempre fue grande. Pero todavía tenemos muchas cosas de las que podemos enorgullecernos. Hoy tenemos más noción de los tamaños relativos de nuestras economías que hacen que Brasil sea seguramente quien lidere en gran medida esta región. Pero para que ese liderazgo sea estable, necesita de una Argentina también estable y creo que tenemos mucha complementariedad.

Vimos, y eso es una buena constatación, que antes, dar un salto importante en materia de desarrollo llevaba décadas. Por ejemplo, el desarrollo y bienestar social que Argentina consiguió en el siglo XX parecía difícil para la mayoría de los países. Y vemos que Brasil, que tuvo dos períodos presidenciales, dos gobiernos, 16 años de estabilidad, de continuidad, vimos en el Brasil cambios admirables. Empezamos a ver un Brasil sobre el cual nadie hablaba en la década de los 90. Vemos a Uruguay, el pequeño Uruguay, un país que expulsaba gente, nostálgico, e que con solo cinco años de Tabaré tuvo una visión más moderna. Empezamos a mirar a Chile, que era un país pobre, con pocos recursos y muchas dificultades. Y ya son 20 años! Entonces vemos que el desarrollo no es una asignatura imposible. Empezar a ser confiable y sustentable para los propios ciudadanos y para la economía global, que es una amenaza, pero donde también existe mucho dinero disponible. Los países que empezaron a ordenarse reciben mucha inversión directa. Y eso ayuda. No es posible crecer solamente con ahorro propio, como era la fórmula de otras décadas.

■ **Y en la Argentina, ¿cómo ve su futuro?** Argentina es un país lleno de posibilidades porque tiene una base muy sana. Tiene diversos recursos, una población básicamente educada, pero falta un poco más de estabilidad. Hoy tenemos un problema más político que económico y si eso se ordena y logramos tener un Henrique Cardoso o un Lula, se puede avanzar. Porque creo que un gobierno sucedió al otro y mejoró lo que el otro había dejado. Ésta es mi visión. Si la Argentina hace lo mismo, y ya dejamos atrás la cultura del recelo y la desconfianza, podemos ser socios y le daríamos a Sudamérica un norte muy interesante. Interesantísimo. Nosotros creemos que estamos ahora en un momento de turbulencia política y no sabemos como vamos a pasar este período.

■ **¿Cuándo son las elecciones presidenciales?** El año que viene, en el 2011. Teóricamente en octubre, pero puede que sean antes porque si el gobierno se ve en una situación complicada puede adelantarlas. Esa transición es todavía un momento muy difícil, pero en verdad nosotros miramos con confianza a la Argentina. En el contexto internacional, no parece que vaya a ocurrir nada imprevisible, aunque eso siempre pueda pasar, y en término de intercambio comercial, el mundo quiere las cosas que la Argentina produce. No significa que vamos a siempre un país agrícola - solamente agrícola - porque tenemos otras potencialidades. Pero podemos tener una política agropecuaria mejor, porque ahora vemos que Brasil produce más carne que nosotros, más granos que nosotros. Tenemos una política de enfrentamiento con el campo pero si revertimos eso, hay un enorme potencial también en otras áreas, tales como la energética y la científica. Tenemos también un país con una cultura sumamente emprendedora. Entonces, en realidad, es más la conflictividad social y política la que nos está haciendo quedar rezagados. Vemos el caso de Chile. Me hubiese gustado más que ganase el candidato de la Concertación, pero vemos que Chile va a transitar dentro de ciertos carriles. Si la Argentina logra eso, con un Brasil ya más estable, podemos ser socios beneficiosos uno para el otro. Es eso lo que vemos.

■ **Un proyecto que tenemos allá en el Banco Central es el desarrollo de una moneda común y el primer paso en su utilización son las exportaciones e importaciones entre Brasil y Argentina.** Bueno, eso ya está ocurriendo y es un gran avance. Y volviendo a la autonomía del Banco Central, en una situación como esa queda claro que los bancos centrales deben tener un grado de autonomía, porque si el gobierno de turno comienza a manipular el tipo de cambio con políticas populistas o demagógicas, o es funcional a la banca privada y distorsiona eso, la complementariedad entre los países se torna imposible. Porque las políticas deben ser de largo plazo y no deben depender de necesidades coyunturales. Llega la campaña electoral y quiero cambiar el tipo de cambio para beneficiarme porque así la estrategia de mediano o largo plazo no funciona. Esa es también una de las grandes cuestiones, por eso, por ejemplo, los bancos centrales de Europa no pueden ser tan autónomos, porque existe el Banco Central Europeo, de la Unión Europea, que es responsable por la armonización de todas esas políticas monetarias.

■ **Más de una vez usted mencionó en esta entrevista que los intereses electorales contaminan la vida política del país. Del punto de vista de la profundización de la democracia ¿qué tipo de reforma política propone su partido?** En Argentina sería fundamental tener solamente un período presidencial y no más, como en Uruguay y Chile. Pero eso es difícil porque requiere una reforma constitucional. Hay aquí un gran problema que tuvieron todos los gobiernos democráticos: el que llega al gobierno no se quiere ir y cuando está en su segundo mandato está pensando en reformar la Constitución. El gobierno de Kirchner tuvo un buen período. Después puso a su mujer porque la idea es ir alternándose para quedarse unos veinte años. Eso es antidemocrático. Esta idea de llegar y no irse por un período largo distorsiona mucho el funcionamiento de nuestros gobiernos.

¿Qué tipo de reformas políticas pensamos? Aprobamos recientemente una ley de reforma política que tiene puntos que nos parecen buenos

pero que en este momento podrían ser peligrosos. Por ejemplo: hoy tenemos internas abiertas y simultáneas, tenemos primarias donde pueden votar los diversos ciudadanos, aunque no sean de los partidos. Eso ayuda a seleccionar las candidaturas, es bastante bueno. Otra cosa que se introdujo fue que el proceso de campaña publicitaria está ahora en manos del Estado. Como en México. Esto parece bueno, pero México tuvo antes una década donde construyó un instituto nacional electoral – y volvemos a la famosa palabra – autónomo, independiente, que fue tan transparente que el PRI no volvió a ganar. No logra volver a ser gobierno. Entonces ese instituto es el que hoy regula el gasto de campaña e hace que el estado asigne los diferentes espacios publicitarios a los partidos para que no haya corrupción electoral.

■ **Y en Argentina, ¿que dice la nueva ley?** Bueno, acá esa reforma se hizo pero es el ministro del Interior, un funcionario del gobierno, quien decide esa asignación en un contexto mucho más parecido al del viejo PRI que al del nuevo instituto nacional electoral mexicano. Eso es peligroso.

■ **¿Está prevista la financiación pública?** Solamente pública y muy limitada. Pero en el momento de la publicidad oficial, los medios de comunicación públicos funcionan como medios de propaganda tan masivos que pueden crear desigualdades en la competencia electoral. Algunas de las medidas que propusimos como reformas políticas fueron aceptadas pero de una manera que en este momento están poniendo en riesgo la equidad electoral. Otra cosa que quisiéramos tener es un voto electrónico, como el de ustedes. Al aumentar la pobreza estructural, hay mucha manipulación del voto. Antes eso pasaba en las provincias muy pobres, ahora tenemos dos millones de pobres en la provincia de Buenos Aires. La manipulación está ocurriendo donde hay grandes conglomerados de pobreza y eso altera el resultado de la votación. Entonces el voto electrónico es fundamental. Pero hay una enorme resistencia. Estas serían, tal vez, las reformas: un instituto nacional electoral y el voto electrónico, con boleta única. Aquí cada partido imprime su propia cédula. De papel, con las letras grandes y su logo.

■ **¿Qué opinión tiene usted sobre la política de Derechos Humanos (del gobierno argentino)? Por las informaciones que tenemos, Argentina avanzó mucho más que el Brasil en ese aspecto. Recién este año se creó en Brasil una Comisión Nacional de la Verdad para investigar crímenes de violación de los derechos humanos durante**

la dictadura militar. La nueva Comisión ya fue bombardeada por sectores civiles y militares. En el retorno a la democracia, Argentina decidió que la democracia debía juzgar a los militares. Es una política de Estado que consideramos acertada. Fue muy importante porque quedó claro lo que pasó en la Argentina. Nuestra comisión de la verdad se llamó CONADEP, Comisión Nacional de Desaparecidos. Fue una gran política de Alfonsín. Alfonsín tuvo muchos tropiezos, pero esa fue una parte muy importante.. Y esto dejó establecido lo que había ocurrido durante el gobierno militar y el terrorismo de Estado. Incluso en el período anterior. Porque durante el peronismo también hubo escuadrones de la muerte. Después, lamentablemente, el propio Alfonsín tuvo que promulgar leyes de perdón para los que habían sido condenados, porque hubo levantamientos militares que lo presionaron mucho.. Y durante el período de Menem se los perdonó todavía más. En ese momento también se concedieron perdones, leyes de amnistía, indultos, a personas que ya habían sido condenadas. Y ahí entramos en una especie de cono de sombra, de impasse en la política de Derechos Humanos. En la reforma de la Constitución de 1994, Elisa Carrió, la líder de mi partido, que fue constitucionalista, incluyó dentro del nuevo texto de la Constitución la suscripción a los tratados internacionales de Derechos Humanos.

Lo que pocos comprendieron en ese momento fue que eso significaba que los crímenes de lesa humanidad no podían prescribir. Lo que autorizaba al Congreso, que había sancionado estas leyes de perdón después de las condenas, a interrogarlas . Y ella, junto a Patricia Walsh, hija de un escritor y hermana de una desaparecida política, se sentaron durante muchos años en el Congreso pidiendo la nulidad de las leyes de obediencia debida. Y eso no ocurrió. Al principio de su gobierno el kirchnerismo acompañó esa iniciativa, lo que permitió reabrir las causas. Pero aunque el gobierno levante esta bandera como propia, su propio partido, el Partido Justicialista impidió hasta 2003 la reapertura de las causas. El gobierno tomó esa bandera y pensamos que eso es positivo. Pero creemos también que debemos tomar medidas porque los tribunales están saturados y no van a lograr responder a las expectativas de la gente. Debemos tomar algunas medidas para que crear tribunales específicos, porque, de lo contrario vamos a llegar a un momento de desilusión. Son causas muy difíciles, de cosas que pasaron hace cuarenta años. Nosotros ya pedimos y hay proyectos de ley para crear estos tribunales especiales, pero curiosamente el gobierno se resiste a que estos proyectos prosperen. ✓

